



Universidade de Brasília
Curso de Gestão de Políticas Públicas

LUIGY DE OLIVEIRA PEREIRA

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E
ADULTOS:
uma análise da modalidade a distância**

Brasília – DF
2019

LUIGY DE OLIVEIRA PEREIRA

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS:
uma análise da modalidade a distância**

Relatório de pesquisa a ser
apresentado como trabalho de
conclusão da disciplina de
"Residência em Políticas
Públicas".

Professor Orientador: Leonardo S.
Conke

Brasília – DF

2019

P436p Pereira, Luigi de Oliveira
A política nacional de educação para jovens e adultos:
uma análise da modalidade a distância / Luigi de Oliveira
Pereira; orientador Leonardo S. Conke. -- Brasília, 2019.
57 p.

Monografia (Graduação - Gestão de Políticas Públicas) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Política pública. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3.
Ensino a Distância. 4. Gestão. 5. Educação. I. Conke,
Leonardo S., orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Luiz Pereira e Cleonice Vitor, os
grandes exemplos de amor e garra que
eu poderia ter. Fica aqui o meu eterno
agradecimento!*

AGRADECIMENTOS

A Deus por nortear minha vida e por sua constante proteção.

Ao meu orientador Leonardo Conke, por sua total dedicação, competência, responsabilidade e paciência para comigo.

Aos Professores do departamento de Gestão de Políticas Públicas que tive ao longo do curso e que buscaram transmitir seus ricos conhecimentos nesta minha jornada acadêmica.

A Professora Colaboradora Ana Paula Antunes Martins que vêm me acompanhando desde o início deste trabalho.

E, por fim, a toda equipe da Escola CETEB que contribuiu e me auxiliou com informações para que eu realizasse meu trabalho de conclusão de curso.

EPÍGRAFE

“Métodos estruturais e políticas públicas quando bem empregadas, determinam o equilíbrio na orla educacional dum país.”

Erasmu Shallkyyton

RESUMO

O presente relatório é resultado de uma pesquisa de caráter misto. Trata-se de uma análise da política de Educação de Jovens e Adultos na modalidade à distância. Seu objetivo foi compreender como uma instituição de ensino privada vem se estruturando para ofertar duas modalidades de educação distintas simultaneamente seguindo as normas, leis e resoluções estabelecidas pelo governo. Para tanto, foi realizado uma imersão na Escola CETEB de Jovens e Adultos. Nessa imersão utilizou-se da observação participante e de entrevistas semiestruturadas com funcionários da escola e de questionários aplicados aos estudantes, bem como de pesquisa documental. Desta análise constatou-se como o poder público uniformiza a educação básica EaD para que a política seja igualitária e de qualidade. Através de um levantamento *bottom up* foi possível identificar a percepção dos estudantes tanto em relação a EJA EaD como em relação a forma como a política vem sendo aplicada. Os resultados apontam que a instituição segue todos os parâmetros exigidos pelo poder público e que a forma como a Escola CETEB emprega a política pública está sendo bem aceito pelos estudantes. Concluiu-se que, com a popularização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação, o governo público deve dar mais ênfase a esse novo modelo de ensino adicionando-o na agenda pública.

Palavras-chaves: Política pública. Educação de Jovens e Adultos. Ensino a Distância. Gestão. Educação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Principais instrumentos de coleta de evidências	24
Figura 2 - Desenho Instrucional da Escola CETEB	30
Figura 3 - Fluxograma do Processo de Avaliação Módulos da Escola CETEB	35
Gráfico 1 - Contribuições pessoais do ensino médio por meio da EJA EaD	36
Gráfico 2 - Objetivos dos estudantes ao concluírem o ensino médio	37
Gráfico 3 - Dificuldades encontradas no início da EJA EaD	38
Gráfico 4 - Tempo destinado aos estudos por dia	39
Gráfico 5 - Percepção dos alunos em relação às avaliações	39
Gráfico 6 - Desempenho acadêmico do estudante por disciplina	40
Gráfico 7 - Espaços utilizados para estudos	41
Gráfico 8 – Satisf. dos estudantes em relação aos espaços destinados a estudo	42
Gráfico 9 - Satisfação em relação ao portal do aluno e material didático	43
Gráfico 10 - Avaliação dos estudantes em relação ao atendimento	44
Gráfico 11 - Avaliação dos estudantes em relação a EJA EaD	45

LISTA DE ABREVIATÖES

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CETEB – Centro de Ensino Tecnológico de Brasília

CF/88 – Constituição Federal de 1988

EaD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

GDF – Governo do Distrito Federal

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNA – Programa Nacional de Alfabetização

PP – Política Pública

RPP – Residência em Políticas Públicas

SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 Introdução	11
2 Referencial Teórico	14
2.1- Aportes históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.	14
2.2- Políticas Públicas Educacionais	17
2.3- Aportes normativos para a Educação de Jovens e Adultos a distância.	18
2.4- Eficiência e efetividade nas políticas públicas: a gestão para resultados	21
3 Métodos e Técnicas de Pesquisa	23
3.1- Descrição Geral da pesquisa	23
3.2- Estudo de caso - Residência em Política Pública	24
3.3- Procedimentos de coleta de dados	24
3.3- Descrição da instituição e dos participantes do estudo	26
4 Diagnóstico da Política Pública	27
4.1- Conformidade das atividades da EJA EaD com a legislação	27
4.2- Percepções dos usuários e colaboradores da Política Pública em relação ao EJA EaD	36
4.3- Possíveis aperfeiçoamentos na Política Pública Educacional para Jovens e Adultos no EaD.	45
5 Considerações Finais	48
6 Referências	50
7 Apêndices	52
7.1- Roteiro de entrevistas para os funcionários	52
7.2- Questionário aplicado aos estudantes da Escola CETEB	55

1 Introdução

A educação é um direito fundamental no Brasil. O cidadão por lei deverá estar matriculado obrigatoriamente até os 17 anos em alguma rede de ensino. No entanto, para aqueles que porventura não conseguiram concluir a educação básica até essa idade o governo desenvolveu a política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA é uma política pública criada pelo Governo Federal para possibilitar a inserção na escola de indivíduos que, por algum motivo não concluíram a educação básica na idade convencional.

Até meados do século XX os estudos eram somente ministrados presencialmente. Porém, o avanço da tecnologia e o surgimento de novas modalidades de educação contribuíram para que a escolarização pudesse ser ministrada sem o contato físico entre professor e aluno. A Educação a Distância (EaD) se tornou uma forma de propagar a educação de forma a alcançar a todos, em qualquer lugar, contribuindo para a universalização se tornando uma política pública que atende a população não alcançada pelo ensino presencial. Esse novo formato permite que os alunos estudem seguindo seu próprio ritmo e sua disponibilidade.

Assim como para a educação básica regular, a EJA e a EaD podem ser ofertadas por instituições de educação privada desde que credenciadas pelo poder público. No Distrito Federal (DF) o órgão responsável por redigir os critérios de credenciamento é o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), que recentemente, observando a legislação nacional vigente, redigiu uma nova resolução que estabelece normas para a Educação Básica no DF. Se refere a Resolução nº 1/2018. Por esse motivo foi necessário observar como é feito o monitoramento por parte da SEEDF para validar as instituições privadas que ofertam políticas educacionais tal como as diretrizes estabelecidas pelo CEDF.

Considerando a importância da Educação de Jovens e Adultos e a sua nova forma de oferta, a distância, o nosso objetivo geral com este trabalho foi compreender como a instituição de ensino vêm se estruturando para ofertar duas modalidades de educação distintas (a EJA e a EaD) simultaneamente seguindo os parâmetros estabelecidos pelo governo. Para alcançarmos esse objetivo tivemos como pergunta norteadora a seguinte indagação: “Como funciona uma instituição de

ensino que busca ofertar as modalidades EJA (Educação de Jovens e Adultos) e EaD (Educação à Distância) simultaneamente seguindo as diretrizes curriculares estabelecidas pelo governo?”. Para isso, contamos com três objetivos específicos que contribuíram para alcançarmos o objetivo geral. São eles:

1. Descrever as atividades da EJA EaD na Escola CETEB de Jovens e Adultos em conformidade com decretos, leis e resoluções.
2. Avaliar as percepções dos colaboradores e usuários da política em relação às duas modalidades de ensino (EJA e EaD)
3. Identificar, possíveis aperfeiçoamentos nas Políticas Públicas Educacionais para Jovens e Adultos.

Os objetivos seguem uma justificativa lógica. No Governo do Distrito Federal (GDF) a EJA é ofertada principalmente no formato presencial. As turmas normalmente são montadas no período noturno em razão de o grande público trabalhar durante o dia. Todavia, é necessário pensar alternativas para atender o público que devido a árdua rotina não conseguem atrelar tempo entre trabalho, serviço e fazeres de casa com a educação.

A modalidade de ensino à distância (EaD), cuja principal vantagem é a flexibilidade, permite uma versatilidade nos estudos contribuindo, principalmente, para que os estudantes possam conciliar seus horários sem a necessidade de se deslocar a instituição de ensino. É preciso observar se essa tecnologia se enquadra facilmente para jovens e adultos. Analisar as instituições que ofertam esse tipo de serviço ajuda-nos a entender se os aparatos fornecidos estão sendo proveitosos, e se o público da política em questão está satisfeito ou vê necessidade de melhorias.

Por isso a escolha de se fazer uma imersão através da Residência em Política Pública (RPP) na Escola CETEB, uma instituição filantrópica cujo principal objetivo é dar apoio ao Estado no que diz respeito à educação e que atua com a modalidade de EJA EaD, para que com a inserção pudéssemos ser capazes de compreender como funciona sua dinâmica interna. Partimos da hipótese que as fundações filantrópicas, que possuem um regime de colaboração com o Estado, estão inovando em suas técnicas de estudos buscando preparar o cidadão usuário dessa política a se inserir facilmente no mercado de trabalho e/ou nível superior através de uma autoaprendizagem.

Analisar como funciona uma instituição de ensino que utiliza a modalidade EaD contribui para vermos como o sistema privado está lidando para o alcance de

melhorias e quais impactos positivo e negativos estão obtendo para que possamos filtrar e levar para dentro da esfera pública. É possível percebermos também como o governo controla entidades privadas que prestam serviços educacionais. Isso pode auxiliar o aperfeiçoamento de diretrizes já existentes ou para criação de futuras políticas públicas que passarão a ser de responsabilidade do próprio Estado cooperando para o seu cumprimento com a função constitucional e consequentemente elevar o índice educacional do país.

2 Referencial Teórico

2.1- Aportes históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Educar jovens e adultos é uma tarefa que esteve presente no Brasil desde a época de colonização quando os padres jesuítas, por volta de 1549, vieram de Portugal com a responsabilidade de educar os filhos de senhores de engenho, colonos, índios e escravos com o objetivo principal de propagar o catolicismo (CANARIN, 2013).

Todavia, foi a partir de 1930 que educar jovens e adultos se tornou uma questão realmente relevante para o governo brasileiro. Por se tratar de um período onde o Estado passava por transições, em especial políticas e econômicas ocasionadas pelo período de industrialização, o governo de Getúlio Vargas viu a necessidade de políticas públicas que elevassem os índices escolares com a finalidade de alcançar o desenvolvimento que um país com grandes indústrias demandava.

Haddad e Di Pierro (2000, p.6) apontam que após esse período diversos programas com essa diretriz foram implementados. Destaquemos aqui o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) criado pelo decreto nº 53.465 de 1964¹, impulsionado por Paulo Freire, que tinha por objetivo instalar círculos de cultura com a finalidade de atender 8,9% da população analfabeta da época, cerca de 1.834.200 (um milhão e oitocentos e trinta e quatro mil e duzentos) pessoas. Meses depois esse programa foi extinto após a intervenção militar juntamente com os demais programas que buscavam um fortalecimento das massas populares que, segundo Canarin (2013, p. 26), era uma ameaça para o governo:

A concepção de educação de Freire tinha como princípio básico a conscientização dos homens, trabalhando o ensino educativo e político, reflexivo e libertador. Essa proposta educativa colocava em risco a permanência do status burguês das elites brasileiras. Assim, os interesses vinculados ao golpe de 1964 impediram Freire de continuar com seu trabalho no Brasil.

¹ BRASIL. **Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964.** Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, 21 jan. 1964

O regime militar, por sua vez, buscou de imediato preencher essa lacuna que havia sido fechada. Foi então que criou, através da Lei nº 5.379 de 1967², o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) desta vez uma política voltada para jovens e adultos com uma diretriz ideológica compatível com o regime vigente. Teve como meta alfabetizar 11,4 milhões de adultos. Se tratou de uma política pública considerada por muitos ambiciosa por ter como propósito erradicar o analfabetismo no país até 1975. Entretanto, o Censo de 1980 mostrou uma ineficiência no programa pois houve um aumento de analfabetos no país e uma alta taxa de evasão por parte dos estudantes que estiveram inseridos dentro da política pública.

Apesar disso, nesse período a educação de jovens e adultos teve um grande prestígio. Pela primeira vez a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), Lei nº 5.692 de 1971³, introduziu um capítulo específico para a EJA. Primeiramente a lei limitava o dever do Estado, no que tange a educação básica, à faixa etária dos 07 aos 14 anos, mas reconhecia a educação de jovens e adultos como um direito da sociedade e dava importância significativa na suplência educacional da qual Haddad e Di Pierro (2000, p. 117) dirão que

[...] o ensino supletivo visou se constituir em “um nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.116).

Em 1985, o MOBRAL foi extinto e substituído por outros programas que não conseguiram dar continuidade nessa tarefa. No entanto, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) vinha desenvolvendo uma nova elaboração para atuar na EJA. Como mostra Cunha (1999) a CF/88 expandiu seu dever de Estado para com a EJA de tal forma a tornar seu ensino obrigatório e gratuito para todos.

Logo em seguida a nova LDBEN (Lei nº 9.394/96), em sua Seção V, trouxe o novo conceito de Educação de Jovens e Adultos inclusive em sua nomenclatura que anteriormente era conhecido como Ensino Supletivo.

² BRASIL. **Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Brasília, 15 dez. 1967.

³ _____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 11 ago. 1971.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996)

Atualmente a EJA é ofertada em duas modalidades, são elas: presencial e não presencial. No Brasil, o mais comum é ver o governo oferecendo a modalidade presencial. Os governos estaduais aproveitam o período noturno das escolas regulares e utilizam o espaço físico para que as aulas da EJA sejam ministradas. Esse horário se dá pelo fato de que o público em sua maioria possui rotinas cujos horários se chocam com os turnos matutino e vespertino.

Em contrapartida, é comum que as instituições privadas empreguem o estudo à distância. Segundo Nunes (1994) isso ocorre por ser um recurso capaz de atender grandes contingentes de alunos. Com uma metodologia que dispensa a presença do aluno em sala de aula, a EJA à distância acaba por promover oportunidade uma vez que “permite o acesso ao sistema daqueles que vêm sendo ou foram excluídos do processo educacional público, por morarem longe das escolas/institutos/universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula” (CANARIN, 2013 p. 49)

Dados obtidos através da Sinopse Estatística da Educação Básica, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revelam que no ano de 2018 haviam 3.598.716 (três milhões e quinhentos e noventa

e oito mil e setecentos e dezesseis) alunos inscritos para cursarem a EJA, dos quais 39,62% eram alunos que estavam cursando o ensino médio. No Distrito Federal havia 52.943 (cinquenta e dois mil e novecentos e quarenta e três) alunos matriculados nessa modalidade sendo que 47,33% desse total eram alunos do ensino médio (INEP, 2019).

2.2- Políticas Públicas Educacionais

Nos campos da Ciência Política e da Administração Pública é possível identificar diversos conceitos para políticas públicas. Para esse estudo, sugerimos a seguinte definição:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, neste caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Não obstante, essa ação por parte do poder público influencia diretamente na sociedade. De acordo com Souza (2003, p. 13) políticas públicas são “programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Nesta lógica estudar políticas públicas é entender esses programas governamentais, seus mecanismos e os prováveis impactos que causam na ordem social. Guerra e Moraes (2017, p. 303) acrescentam ainda que, além de estudos, trata de um campo que possibilita “propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”.

Logo, políticas públicas educacionais se referem a toda ação governamental em torno da educação escolar de uma sociedade. “As políticas públicas educacionais se configuram na tomada de decisões do governo com incidência no ambiente escolar enquanto espaço de ensino-aprendizagem.” (OLIVEIRA; et al. 2010).

As políticas em geral devem acompanhar o desenvolvimento da sociedade e necessitam estar em constante processo de monitoramento para que o Estado possa atender as demandas sem perder qualidade no serviço ofertado. Guerra e Moraes (2017. p 305), em relação às políticas educacionais, acrescentam:

[...] De modo geral, as políticas públicas educacionais implementadas no âmbito escolar vêm sendo atreladas, dentre outras ações, à modernização da sociedade. Deste modo, surge a necessidade de entender a concepção e a influência das políticas públicas educacionais, na tentativa de possibilitar a compreensão de sua

finalidade e de concretude no âmbito escolar, bem como as implicações nesse espaço.

2.3- Aportes normativos para a Educação de Jovens e Adultos a distância.

A educação é um direito que está presente no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Situado no Título VIII, que trata da Ordem Social, a educação foi apresentada com o objetivo do "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Para que isso ocorra o artigo 208 da CF/88 impõe como atribuição do Estado proporcionar uma educação básica obrigatória para crianças e adolescentes com idade de 4 a 17 anos e ainda assegurar a educação não-obrigatória para qualquer pessoa que não teve acesso ou não conseguiu finalizá-la nessas idades.

Em 1996 foi decretado pelo parlamento e sancionado pelo presidente da república a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, como o próprio nome sugeria, tinha por objetivo estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional. Com o intuito de descentralização o governo nacional buscou atribuir a responsabilidade do sistema de ensino para os estados, o Distrito Federal e os municípios com um regime de colaboração seguindo os princípios constitucionais tornando a LDB uma bússola norteadora para todas as esferas.

Como consta no Título IV da LDB/1996, que trata da Organização da Educação Nacional, os estados e o Distrito Federal tiveram que desenvolver instituições oficiais que ficaram encarregadas de elaborar políticas e planos educacionais em conformidade com as diretrizes e planos nacionais levando em consideração as especificidades local. Esses órgãos são responsáveis por autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar as instituições públicas e privadas que ofertam a educação básica.

No Distrito Federal o órgão responsável pelo sistema de ensino é a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) que conta com o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) para que o sistema de ensino seja igualitário e de qualidade. O CEDF é um órgão de deliberação coletiva, normativo e orientador responsável por regulamentar a legislação educacional, propor melhorias para as políticas públicas de ensino e orientar as atividades do sistema de ensino do DF.

Em 2018, o CEDF, utilizando suas competências regimentais, determinou como ato normativo a Resolução nº 1/2018 que "Estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Sendo assim, todas as instituições de educação do DF tiveram que se adequar para que pudessem atuar.

Sendo a LDB a norteadora para executar o previsto na Constituição Federal coube a ela criar uma seção específica para orientar os estados e municípios sobre como lidar com o que a CF/88 considerava como "os que [...] não tiveram acesso (a educação) na idade própria". Seus artigos 37 e 38 de forma sucinta fixam o direito à educação e apresentam a EJA como instrumento para a educação do alunado que se enquadra nas características previstas na CF/88, além de atribuir aos sistemas de ensino cursos e exames supletivos com conteúdo programático previsto na base nacional curricular.

A Resolução nº 1/2018 do CEDF por sua vez, em conformidade com a LDB/96, estabelecerá as normas para Educação Básica do DF. De início, serão apresentados os integrantes do sistema de ensino do DF, dentre os quais estão presentes instituições educacionais públicas e privadas e também órgãos e entidades do governo relacionados à educação.

A resolução, em sua seção III do capítulo II, ordena que para educar alunos ao ensino médio é necessário que as organizações planejem currículos seguindo os modelos da Base Nacional Comum Curricular divididos por áreas de conhecimento podendo ampliá-los com disciplinas diversas desde que leve em consideração a importância da construção de vida do aluno e contribua para seu sucesso individual e social.

O capítulo III apresenta as etapas da educação básica e no artigo 52, são apresentados sete objetivos para o ensino médio. São eles:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando a construção de novos conhecimentos e o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica do estudante para o mundo do trabalho e a cidadania, de forma a continuar a construção do seu projeto de vida;

III - a compreensão e a reflexão crítica a respeito dos processos produtivos e das inovações tecnológicas, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares que a compõem;

IV - o incentivo à investigação, à pesquisa e à busca de soluções para os problemas cotidianos;

V - a conscientização e a percepção de questões ambientais e de suas implicações para as respectivas comunidades e para o nosso planeta;

VI - o aprimoramento do estudante como indivíduo, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da consolidação de valores que orientam atitudes de solidariedade, paz e comprometimento social;

VII - a oportunidade de desenvolver competências e habilidades profissionais em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Já o Capítulo VI da resolução é referente às modalidades de ensino. Nele, a EJA é apresentada como uma modalidade de ensino que está inserido no nível da Educação Básica na qual para a matrícula o estudante que desejar cursar o ensino médio deverá ter a idade mínima de 18 anos. As instituições poderão se organizar por períodos, segmentos, semestres, fases, etapas e matrícula desde que cumpra a carga horária mínima exigida pela legislação e os alunos deverão ser avaliados no decorrer do curso.

Além disso, neste mesmo capítulo está presente outra modalidade de ensino que, devido ao avanço tecnológico, vem crescendo cada vez mais no Brasil. Nos referimos a Educação a Distância (EaD) que permite que estudantes e professores desenvolvam atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos através de um instrumento mediador que ocorre com a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). No entanto é obrigatório que haja momentos presenciais e para isso a instituição deve fornecer uma estrutura acolhedora para que os alunos possam ser avaliados e receber suporte e tutoria quando necessário.

Apesar disso, não há uma seção específica que fale da EJA EaD e por esse motivo as organizações que desejam ofertar essas duas modalidades em conjunto deve conciliar as diretrizes de ambas simultaneamente para que não haja discordância com as diretrizes apresentadas pelo conselho. Além disso, a instituição deverá apresentar o Regimento Escolar e a Proposta Pedagógica com os fundamentos teórico-metodológicos norteadores dessa prática educativa e assim, após aprovação da SEEDF, estarão credenciadas para que colaborem com o Estado para aplicar esse modelo de política pública educacional.

2.4- Eficiência e efetividade nas políticas públicas: a gestão para resultados

Para debatermos sobre como essas políticas públicas, em especial as de educação voltadas para jovens e adultos, vêm sendo implementadas precisamos seguir o modelo analítico de políticas públicas que se iniciou nos Estados Unidos quando os acadêmicos buscaram analisar diretamente o governo em ação (SOUZA, 2006, p. 22).

Normalmente as pesquisas realizadas pelo governo para avaliar como estão as questões escolares são realizadas de cima para baixo (*top down*), e os dados que os órgãos tomam para fins de aperfeiçoamentos são de bases unicamente quantitativos. Contudo, precisamos entender se o público alvo está satisfeito com as metodologias adotadas, e se de fato as metodologias estão levando aos resultados esperados.

Portanto, como apresentam Sano e Filho (2013 p. 37), esse tipo de análise demanda uma avaliação sistemática e eficaz com uma metodologia adequada. Frey (2000, p. 229) afirma que “a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública”. É necessário entender que a avaliação é uma ferramenta gerencial que nos proporciona dados para aprimorar a política pública além de ser um princípio constitucional que rege a administração pública (SANO; FILHO. 2013, p. 38)

Para um pesquisador que busca entender se as ações do governo estão levando aos resultados esperados será necessária uma avaliação que requer indicadores que nos mostre a eficácia resultando em dados que nos permitam investigar se os efeitos estão indo de acordo com o objetivo esperado.

Sano e Filho (2013, p. 40) alertam que “a mensuração da eficiência de uma ação social pode ser realizada de várias formas e a falta de parametrização gera diversas dúvidas sobre quais ações são mais eficientes” e completam dizendo que uma avaliação pressupõe comparações. Seguindo essa lógica vemos a importância de se analisar não só uma, mas as duas metodologias de ensino existente atualmente para a implementação da EJA.

Para qualquer avaliação é necessário primeiramente situar em que fase da política ela está sendo desenvolvida: no processo de formulação da política (*ex-ante*), durante a política em ação (*pari-pasu*) ou quando a política se encerra (*ex-*

post). No caso das políticas educacionais é necessário avaliar a política em andamento para acompanharmos as metas que elas sugerem e, por não se tratar de uma política que se encerrou, é preciso estar em constante monitoramento.

Após definir em que fase será avaliada devemos escolher uma técnica, entre as diversas que existem, de se avaliar a eficiência. Para nosso estudo seguiremos a técnica de gestão para resultados.

A gestão para resultados é um marco conceitual cuja função é de facilitar para as instituições públicas a direção efetiva e integrada do processo de criação de valor público, a fim de otimizá-lo assegurando a máxima eficácia, eficiência e efetividade em seu desempenho, a consecução dos objetivos de governo e a melhora contínua das instituições (BID/CLAD, 2007. apud LEMOS, 2009, p. 35)

Lemos (2009, p. 34) caracteriza a gestão para resultados em seis fundamentos:

- I- uma estratégia onde são definidos os resultados esperados por uma instituição pública com relação à mudança social e à produção de bens e serviços;
- II- uma cultura e um instrumental de gestão orientados a melhorar a eficácia, eficiência, produtividade e efetividade no uso dos recursos do Estado para melhorar os resultados de desempenho das organizações e dos servidores públicos;
- III- sistemas de informação que auxiliem na tomada de decisões dos atores que participam dos processos;
- IV- promoção da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos por meio de um processo de melhoramento contínuo;
- V- sistemas de contratação dos dirigentes públicos com vistas a aprofundar sua responsabilidade, compromisso e capacidade de ação;
- VI- sistemas de informação que permitam monitorar a ação pública, fornecendo informações para aos cidadãos sobre os recursos utilizados.

Por fim, com base nessa técnica, é possível identificar as boas práticas e déficits das políticas educacionais estudadas. Levando em consideração as pesquisas amostrais desenvolvidas por órgãos competentes e os registros administrativos que por sua vez são considerados fontes de dados fundamentais.

3 Métodos e Técnicas de Pesquisa

3.1- Descrição Geral da pesquisa

Fizemos uma pesquisa explicativa com um método misto. Tal método combina elementos de pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Tashakkori e Creswell (2007, p. 4) complementam que na metodologia mista o pesquisador extrai e analisa dados usando os dois métodos em um único estudo.

Para este estudo foi realizada uma análise *bottom up*, de caráter qualitativo, para que se pudesse saber como são desenvolvidos e ofertados os meios pedagógicos na escola estudada e se eles seguem as diretrizes estabelecidas pelo governo. Além disso, foi realizado um levantamento quantitativo da opinião dos estudantes para que pudéssemos avaliar se a forma como é ofertada a política pública na instituição educacional é bem avaliado ou não pela opinião pública e se esses números estão sendo satisfatórios ou não.

Esta escolha nos permitiu articular os dados encontrados através dos dois métodos e explicar se a opinião dos usuários da política pública em relação às metodologias de educação estavam impactando no desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Para que isso ocorresse foi realizado um estudo de caso no formato de Residência em Política Pública (RPP) que consiste na técnica de observação participante que, segundo Minayo (2002, p. 59) é aquela que “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais”. A inserção dentro da escola permitiu ter uma clareza em relação a EJA EaD e nos proporcionou informações que não seriam obtidas através explorações realizadas a distância sem o contato direto com o objeto.

A imersão na Escola CETEB de Jovens e Adultos beneficiou para que pudéssemos averiguar como uma instituição de ensino privado tem se estruturado para aplicar duas modalidades simultaneamente. E através da coleta de dados foi realizado o diagnóstico da política pública. Ao adentrar a organização buscamos fazer uma análise de como uma instituição mantida por uma fundação privada está usufruindo das novas tecnologias para inovar na educação de forma não presencial e como está ocorrendo o processo para auxiliar os alunos da EJA no que diz respeito

ao preparo para formação do ensino médio e, além disso, sondar a opinião dos usuários da política pública.

3.2- Estudo de caso - Residência em Política Pública

De acordo com Freitas e Jabbour (2011) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca reunir informações de forma a alcançar o conhecimento detalhado de um determinado fenômeno mas para alcançar estes conhecimentos é necessário reunir informações que as comprovem através de levantamentos. Segundo os autores "é o método mais adequado para conhecer em profundidade todas as nuances de um determinado fenômeno organizacional" (p.13).

A RPP se assemelha ao estudo de caso, sua principal diferença é que o aluno atua como pesquisador e a Universidade opera como mediadora entre estudante e instituição para que a imersão seja realizada. Acrescentamos ainda que o discente utiliza seus conhecimentos adquiridos durante seu percurso na graduação e analisa a política pública com o auxílio de um docente.

Freitas e Jabbour (2011, p. 15) explicam que o primeiro passo é um contato formal com a organização. No caso da RPP a Universidade faz o vínculo triangulando aluno, instituição e universidade. Posteriormente, o pesquisador (aluno) explana o objeto de estudo e define os participantes além dos documentos que serão utilizados.

3.3- Procedimentos de coleta de dados

A prática de coleta de dados pode ser composta por diversas as técnicas que servem para que o pesquisador alcance seus objetivos. Vejamos as principais técnicas apontadas por Freitas e Jabbour (2011, p. 16) na Figura 1:

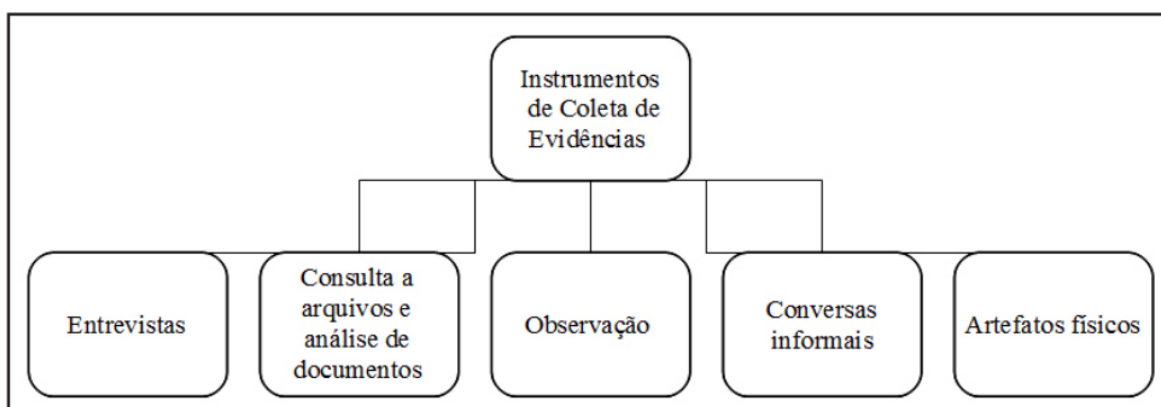


Figura 1 - Principais instrumentos de coleta de evidências

Para esta pesquisa todos os procedimentos de coletas de dados citadas na Figura 1 foram utilizados para que ao final pudéssemos examinar, categorizar, tabular e cruzar dados obtidos com o intuito de sanar a indagação proposta para a pesquisa.

Os dados que foram coletados para a análise são de origem primária e secundária. São dados obtidos através de pesquisas bibliográficas e documentais, questionários, entrevistas e da observação através da imersão. Os de origem secundária foram obtidos através de teses e artigos científicos, sítios governamentais e de documentos internos da instituição onde foi realizada a imersão. Já os dados primários foram coletados através de levantamentos dentro da própria instituição por meio de entrevistas e questionários.

As entrevistas foram realizadas com o quadro funcional da instituição analisada. Nesta etapa o coordenador, o secretário escolar, os tutores e outros foram indagados para que pudesse extrair distintas visões e opiniões acerca da EJA EaD na escola em questão, um total de nove entrevistas. Conversas informais com os demais funcionários também contribuíram para o levantamento de dados. Já os questionários foram aplicados presencialmente aos alunos pois esse procedimento nos possibilitou alcançar um número maior de visões acerca da EJA por parte dos usuários da política, um total de trinta e seis alunos questionados.

Além disso, foi feita uma análise observante através da residência prestada na instituição escolar para adquirirmos entendimentos mais claros possíveis em relação à metodologia EaD na EJA dado que, segundo Minayo (2002, p 59) a técnica de observação participante é aquela que “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais”. Essa observação participante foi registrada num diário de campo que continha as atividades desenvolvidas na imersão e as interpretações acerca do objeto. O espaço físico também foi observado e registrado fornecendo subsídios relevantes para o estudo.

O diário de campo é uma ferramenta de suporte que contribuiu para o preenchimento do relatório final, e que serviu como aparato de registro diário de dimensões descritivas e analítico-reflexivas tais como cenário, processos de trabalho, organização de documentos, situações e outros.

3.3- Descrição da instituição e dos participantes do estudo

A Residência em Política Pública foi realizada na Escola CETEB de Jovens e Adultos que funciona em Brasília na quadra 603 Sul. A instituição presta serviço educacional para Jovens e Adultos através da modalidade EaD em colaboração com o Estado e possui um espaço físico amplo que conta com um prédio de três andares que é compartilhado com outras instituições educacionais.

O objetivo da residência consiste numa pesquisa *in loco* interagindo com as equipes das organizações buscando absorver experiências e conhecimentos e utilizar técnicas para coletar dados para que possa chegar a conclusões atestadas pelas vias escolhidas ao final. (SILVA *et al.*, 2015)

Os participantes deste estudo foram os tutores, o coordenador, a diretora e o secretário escolar. Para obter mais informações de como funciona a política de educação à distância foi consultado também quadro funcionais que não estão presentes em escolas regulares, como equipe técnica responsável pelo *moodle*, equipe de editoração e o banco de questão. Além disso os protagonistas principais do estudo foram os alunos que tiveram papel fundamental para que pudéssemos obter as informações a respeito da visão em relação à política pública.

4 Diagnóstico da Política Pública

4.1- Conformidade das atividades da EJA EaD com a legislação

A legislação educacional descreve inúmeros itens que devem estar presentes em escolas que buscam oferecer a EJA EaD. O primeiro deles é o Regimento escolar, o qual toda e qualquer instituição de ensino, seja ela de rede pública ou privada, deve apresentar. Esta é a principal ferramenta que vai definir a organização da instituição tanto na parte administrativa como pedagógica. Suas normas devem ser estritamente seguidas. O Regimento escolar é um "documento normativo-administrativo da instituição educacional que disciplina a prática educativa, em consonância com a Proposta Pedagógica e com o Plano de Curso" (CEDF, 2018, art. 163). Seus artigos incrementam ainda que seja necessário que a instituição observe as diretrizes e bases da educação nacional e do sistema de ensino do DF e que este documento deve apresentar toda a forma de organização do trabalho pedagógico.

Este documento é analisado pela SEEDF que avalia se o que está sendo proposto pela instituição segue as prescrições estabelecidas pelo poder Público. Após aprovação é publicado em Diário Oficial e a instituição está apta a aplicar a política educacional.

No caso da EJA EAD é necessário que a instituição se atente ao criar o Regimento Escolar, pois se refere de duas modalidades com normas específicas. Uma das principais observações é que para que a escola funcione é preciso ter dois ambientes. O primeiro é o ambiente físico e o segundo é o ambiente virtual.

Segundo o coordenador da Escola CETEB, os dois espaços têm contribuído para o desenvolvimento dos alunos. No espaço físico da Escola CETEB há uma secretaria escolar dividida em dois ambientes, o primeiro onde é feito o atendimento aos alunos e seus responsáveis e o segundo onde acontece a maior parte de gestão e registros de documentos acadêmicos. Há também a direção, sala de estudos/laboratório de informática, equipe técnica, administrativo, departamento de pessoal e outros. Além destes espaços, que são comuns em várias instituições de ensino, há outros que a escola desenvolveu para executar a educação a distância, que são: equipe de banco de questões e a sala de avaliação. Percebemos que o espaço físico da instituição parece atender ao Decreto 9.057/17, que indica que os

pólos de educação a distância devem manter uma estrutura física, tecnologia e de pessoal adequados para o desenvolvimento dos cursos oferecidos.

Para o quadro funcional o coordenador explicou que há dois tipos: o primeiro diz respeito a uma equipe administrativa com profissionais capacitados na área de secretaria escolar e coordenação escolar, esses devem estar instruídos a um atendimento presencial e a distância. O segundo quadro funcional lida com questões pedagógicas como, por exemplo, a direção e tutores.

Além disso, para ampliar o atendimento para que a política pública alcance outras localidades, o artigo 110 da Resolução 1/2018 (CEDF, 2018) permite que a instituição abra pólos de apoio com o objetivo de descentralizar as atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos. Em conformidade com essa resolução a Escola CETEB instituiu um pólo em Taguatinga, região administrativa do DF, para atender alunos que residem próximos a essa localidade.

O pólo tem como principal objetivo facilitar a locomoção por parte do aluno para realização das atividades presenciais obrigatórias. Compete de uma solução encontrada para atender os alunos que se encontram distantes da matriz. É um espaço com uma equipe reduzida, somente o necessário para atender alunos. Neste espaço são realizadas matrículas, aplicações de avaliações e aulas com os tutores. O pólo não tem capacidade nem autorização para confeccionar, por exemplo, documentos de conclusão. Sua gestão fica a cargo da instituição educacional credenciada.

Além dos espaços físicos propriamente ditos, uma Escola EaD necessita de um de um ambiente virtual, pois este é a principal ferramenta para que o aluno alcance os objetivos esperados. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um portal onde o aluno tem acesso para se preparar para as avaliações. Esse ambiente permite que o aluno, além de ter acesso ao conteúdo programático, tenha outras atividades programadas tais como exercícios, discussões com os colegas, desafios e diálogo com os tutores através dos chats e fórum, entre outros.

A Escola CETEB conta com um pessoal Técnico-Especializado em EaD e um Administrador do AVA para um constante monitoramento deste portal e como plataforma virtual de aprendizagem eles utilizam o *moodle*. O que tudo indica estar em similitude com o Artigo 101 da Resolução 1/18 que explica que para a prática do ensino a distância as instituições educacionais devem utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o processo de ensino aprendizagem. O

moodle, utilizado pelo CETEB, funciona como meio para mediar a prática didático-pedagógica entre professores e estudantes não levando em consideração estarem em lugares e/ou tempos diversos.

Em entrevista com uma funcionária da equipe técnica, foi explicado que o *moodle* é uma plataforma *free* que possui diversos recursos que contribuem para o ensino a distância. Ela também informou que, por ser um *software* aberto, ele é constantemente atacado e por esse motivo passa por atualizações frequentes. Como este *software* é interligado a outros sistemas dentro da instituição não é possível ficar atualizando frequentemente o que impede a escola fornecer aos alunos funcionalidades (recursos) que o *moodle* permite.

Outro ponto analisado dentro da instituição foi sua Proposta Pedagógica, este documento, como explicado pela diretora, é um documento que deve ser escrito após o Regimento Escolar, pois nele explica como as regras serão cumpridas devendo seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais e também a legislação local de "acordo com a natureza e tipologia de educação oferecida" (CEDF, 2018). A instituição deixa sua proposta pedagógica em um local de fácil disponibilidade para que os funcionários tenham acesso. Essa prática é de grande relevância pois como apresentado no artigo 171 da Resolução 1/18 (CEDF, 2018), este é um documento que orienta a prática educativa estando presente nele os princípios norteadores do trabalho pedagógico.

Na proposta pedagógica da Escola CETEB está manifesto os meios que auxiliam para que a instituição cumpra com o seu objetivo (este objetivo também deve estar descrito nesse documento). Vimos na proposta pedagógica um quadro onde mostra a Organização Pedagógica onde é possível observar todo o Desenho Instrucional desenvolvido pela organização para executar o Ensino à Distância e também os meios pelos quais os alunos irão estudar (Figura 2).

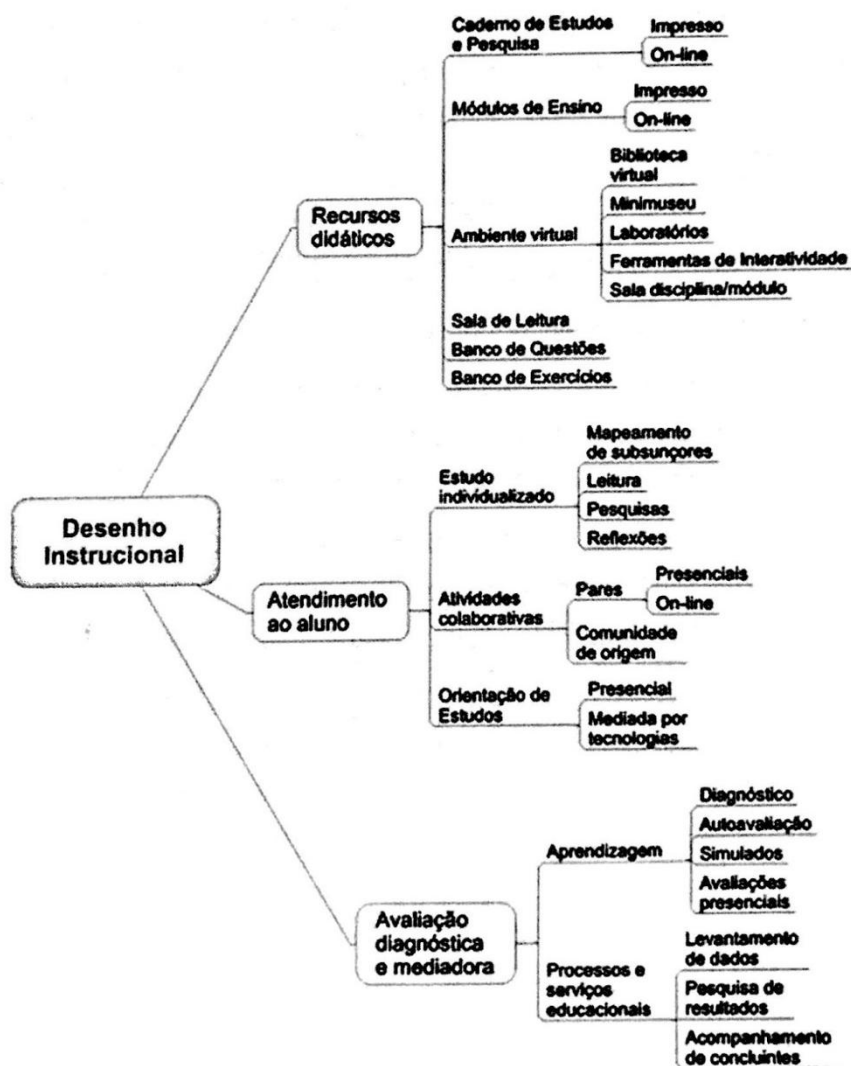


Figura 2 - Desenho Instrucional da Escola CETEB

Como podemos ver o desenho instrucional da Escola CETEB se divide em três categorias: Recursos didáticos; Atendimento ao aluno; Avaliação diagnóstica e mediadora. Recursos didáticos são as ferramentas desenvolvidas pela escola para o processo de ensino-aprendizagem.

No que tange os Cadernos de Estudos e Módulos de Ensino se refere a todo o material pedagógico utilizado na instituição que, por sua vez, é produzido por um setor interno chamado Editoração. Os cadernos de estudos são divididos em módulos, ou seja, o conteúdo é fracionado com o objetivo de facilitar a preparação do estudante para a realização das avaliações pois como dito pelo secretário escolar "esta forma de avaliar o aluno por módulo é bacana. Não sobrecarrega o aluno. Se

eles vieram para cá é porque tem uma dificuldade ou não estudaram no período correto. Com essa forma mais dividida fica mais fácil d'eles assimilarem.". Além disso, segundo uma funcionária da Editoração, a linguagem do material produzido pela instituição tem que ser de acordo com o público alvo em questão:

"A gente elabora o material de acordo com a necessidade do aluno. Para os alunos da EJA tem que ser uma linguagem bem simplificada, objetiva e direta. Diferente da linguagem da criança que precisa de gravuras, para a EJA é mais objetivo com uma linguagem mais adulta."

Essa abordagem segue em equivalência ao artigo 66 da Resolução 1/18 (CEDF, 2018) que demanda das instituições de ensino que respeitem o ritmo individual do aluno. Além disso o artigo 62 autoriza a escola que ofertar a EJA a se organizar como achar mais conveniente desde que seu objetivo seja atender melhor o público em questão.

O material desenvolvido pela escola para os alunos da EJA EaD é atualizado anualmente ou no máximo um ano e meio pois, como exemplo citado pela funcionária, a população aumenta anualmente e essa informação deve ser revisada nos materiais. E pelo fato de o material estar em um ambiente virtual ele é facilmente alterado para todos.

Analisado os materiais foi constatado que estão de acordo com a LDB que em seu artigo 26 nos informa que os currículos do ensino médio precisam seguir a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Este mesmo artigo permite que os estabelecimentos escolares complementem seus currículos com disciplinas que acharem essencial para o cumprimento de seu objetivo. Aproveitando desta prerrogativa a Escola CETEB oferta na parte diversificada a disciplina Técnicas de Estudos que "é uma disciplina interna que é pré-requisito para que os alunos consigam desenvolver formas de estudar sozinho" (Coordenador), percebemos que essa disciplina é de grande relevância tendo em vista que os alunos devem se preparar para uma nova modalidade de ensino, por esse motivo é a primeira disciplina que o aluno terá que cursar.

No desenho instrucional está presente também a sala de estudos. No CETEB o espaço é o mesmo onde fica o laboratório de informática que conta com computadores para que os alunos possam acessar o ambiente virtual. Caso o aluno prefira pode estar trazendo seu computador portátil ou até mesmo *smartphones* para acessar o material didático pois a escola fornece *wi-fi* gratuito aos alunos. Neste

mesmo espaço ocorrem as tutorias seguindo as prescrições do artigo 102 da Resolução 1/18 (CEDF, 2018) que prevê na educação a distância momentos presenciais obrigatórios entre tutores e alunos. O aluno sentindo qualquer dificuldade no conteúdo programático agenda um horário com o tutor da disciplina e comparece na escola para uma aula individual com tempo pré-estabelecido. Os tutores, como manda a lei, são formados em licenciatura e estão aptos a ministrarem as disciplinas.

Foram entrevistados três tutores para compreender melhor como funcionam as tutorias. Quando perguntados sobre como funcionavam as tutorias os três, mesmo que entrevistados separadamente, comentaram praticamente a mesma informação. Disseram que antes das tutorias é comum uma conversa informal com o aluno pois esse diálogo contribui para conhecer as dificuldades individuais dos alunos, já que cada qual chega com uma dificuldade específica na matéria.

"No começo, quando eu não conheço o aluno, tenho uma conversa informal com o aluno, pergunto se ele gosta de matemática, se tem dificuldade ou em quais assuntos tem mais dificuldade. Caso o aluno não se abra, vou passando o conteúdo e fazendo perguntas relacionadas com o conteúdo, conforme ele vai respondendo vou percebendo se ele conhece ou não o assunto. Quando responde corretamente vou prosseguindo caso contrário eu retorno." (tutor de matemática)

"Conhecendo o perfil do aluno fica mais fácil. Eu gosto de conversar muito com meus alunos. Eu converso com eles e vejo qual o motivo deles estarem ali naquele momento. Conhecendo fica fácil trabalhar. Cada um tem uma maneira diferente, vai depender do perfil de cada um." (tutora de língua portuguesa)

Esta forma de atendimento individualizada comentada pelos tutores é de extrema importância e fomentada pelo CEDF (2018) que solicita às instituições de ensino a respeitar o andamento individual do aluno já que cada qual possui uma dificuldade distinta.

O Banco de Questões, também citado no organograma, é um setor exclusivo para a confecção das avaliações. Um funcionário do setor explicou que é o setor responsável por elaborar, fazer e controlar todas as avaliações da escola

"Nós pegamos os módulos do material didático, contratamos uma pessoa terceirizada ou algum professor que irá fazer as questões baseado no conteúdo. Fazendo essas questões, vamos digitá-las, formatá-las e cadastrá-las no sistema. O banco de questões é onde é cadastrada e montadas avaliações. Então depois que nós digitamos e formatamos todas as questões nós incluímos no sistema. O sistema gera um código para cada questão. Nós fazemos um relatório que contém todas as questões do conteúdo modular da disciplina.

Quando vamos montar a avaliação ela vai conter as questões com os respectivos códigos."

Como a escola é EaD os alunos precisam ir à instituição para realizar as avaliações quando estão preparados. Esta prática está em concordância com o artigo 102 (CEDF, 2018) que a informa que a escola deve prever momentos presenciais para realizar a "avaliação de aprendizagem do estudante". As provas são geradas de forma automática, com questões diferentes e em ordens diferentes e, sempre que possível, o banco de questões passa por atualizações para que não ocorra das perguntas chegarem ao senso comum assim como previsto no § 2 do artigo 106 da Resolução 1/2018 do CEDF (2018) que estabelece que nos cursos EaD "a instituição educacional deve manter o banco de questões atualizado."

A avaliação é a forma de diagnosticar se o aluno absorveu o conteúdo programático. Como previsto no plano de ensino do CETEB os estudantes devem ser avaliados para que possam ir dando continuidade nos estudos sendo realizadas durante todo o percurso escolar do aluno. Essa metodologia escolhida pela instituição vai de acordo com os Artigos 66 e 105 da Resolução 1/18 do CEDF (2018) pois, segundo eles, na EJA as avaliações que monitoram o desempenho do aluno devem ser realizadas no decorrer do processo de ensino aprendizagem pela instituição educacional, sendo estas realizadas individualmente seguindo o ritmo próprio do aluno e indo de acordo com as atividades programadas.

A Escola CETEB buscou preparar diferentes tipos de avaliação para que cada aluno, conhecendo suas próprias competências, possa escolher a melhor opção para concluir seus estudos. A forma mais comum escolhida pelos estudantes são as provas modulares. O material de ensino de todo o ano letivo é fracionado por módulos. A cada módulo estudado o aluno deve comparecer à instituição para a realização de uma avaliação referente aquele conteúdo. Cada disciplina tem uma quantidade de módulos específica. "através de anos que a Escola CETEB está na área de educação foi entendido, lá atrás na nossas coordenações anteriores, que a melhor forma era realmente segmentar esses conteúdos para os alunos" (coordenador)

Outro modelo é as formas aceleradas por disciplina. Caso o aluno não queira realizar várias provas, pode optar em estudar todo o conteúdo (todos os módulos juntos) e fazer uma avaliação por disciplina. E a terceira opção é por área de

conhecimento. Essa divisão funciona da mesma forma como a prova do Encceja⁴ para isso o aluno deve estudar todo o conteúdo de todas as disciplinas da área escolhida, e fará uma prova que engloba o conteúdo de todas. Esse modelo quase não é escolhido pelos alunos pelo fato de ser uma avaliação mais complexa.

Caso o aluno não consiga se adaptar a nenhum desses modelos a instituição cria avaliações que atendam as especificidades do aluno. Durante a imersão foi presenciado um caso deste gênero onde, para facilitar o ensino do estudante, a escola fracionou ainda mais os módulos para que a avaliação fosse menos densa se enquadrando a suas necessidades.

As formas de avaliação aqui apontadas vão em conformidade com o previsto no artigo 106 da Resolução 1/2018 do CEDF (2018) que informa que

“As avaliações presenciais do desempenho escolar, para cada componente curricular, serão realizadas por unidade ou conjunto de unidades, módulos ou anos/séries equivalentes ao ensino presencial, conforme o estabelecido nos documentos organizacionais.”

Independente da forma como o aluno escolha fazer as avaliações, a escola pré determina um tempo entre uma prova e outra. Esse tempo serve para que o aluno estude e se prepare para a avaliação. Este prazo é contabilizado em consonância com o que é previsto na Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), referente a carga horária. Segundo o secretário escolar da Escola CETEB

“a carga horária já vem da LDB e também da própria Resolução do CEDF por isso que você tem que cumprir. Em uma escola regular são 800 horas por série. O EJA, como é somente um semestre, tem que cumprir 400 horas por ano letivo. Os três anos do ensino médio resulta em 1200 horas”

Para a realização das provas o aluno deve marcar sua avaliação através do portal do aluno e comparecer presencialmente na instituição. O funcionário do banco de questões nos explica que

“há uma sala chamada sala de avaliações onde os alunos são direcionados para fazerem as avaliações presenciais. Na sala de avaliações nós temos um armário onde são colocadas todas as avaliações separadas por disciplinas, por módulos e por cursos e um funcionário fica na sala de avaliações fiscalizando. Hoje em dia o aluno pode fazer provas todos os dias da semana. Então o aluno marca a avaliação no sistema com antecedência, nós emitimos a

⁴ exame nacional aplicado pelo governo federal para certificação de jovens e adultos

listagem e esta listagem fica na sala de avaliações com o nome do aluno, a disciplina que ele vai fazer, o curso e o módulo. O aluno assina a listagem e é dado a ele a prova. Ele não tem tempo pré determinado, pode ir pela manhã de 8:30 às 11:30 e, quando tem prova a tarde, das 13:00 até às 18:00. Fazendo as avaliações devolve a avaliação por completo para o funcionário que dirige essas avaliações até o banco de questões onde essas provas são corrigidas. Tirou a média 5 eliminou aquele módulo/matéria.”

Todos os procedimentos apresentados neste capítulo sobre a avaliação do aluno estão apresentados no fluxograma disponibilizado no Regimento Escolar da Escola CETEB (Figura 3).

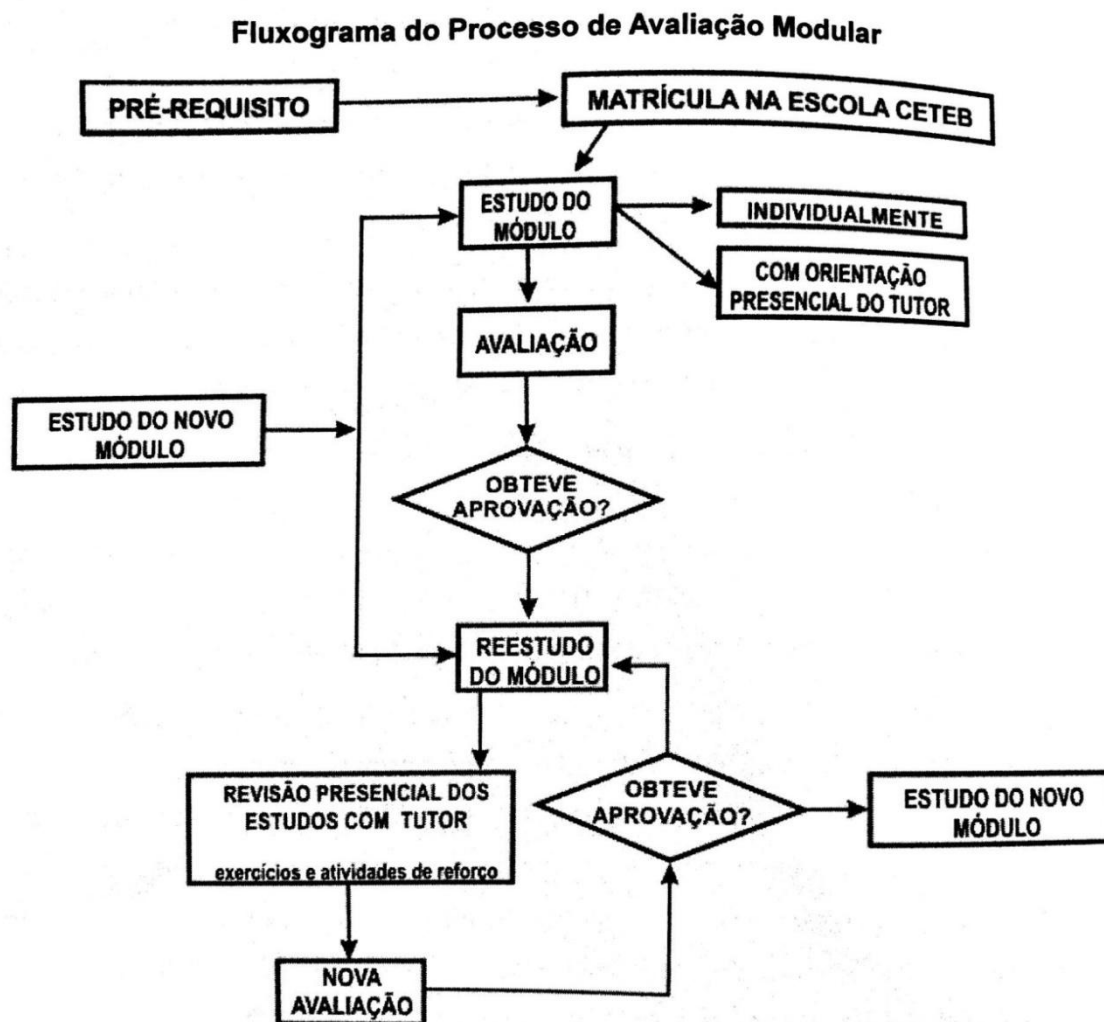


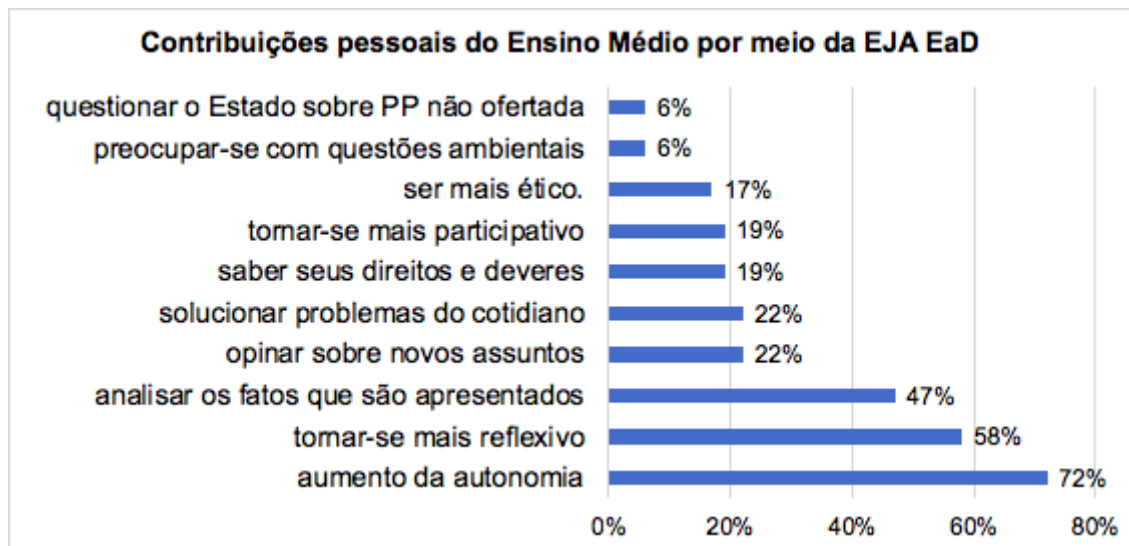
Figura 3 - Fluxograma do Processo de Avaliação Módulos da Escola CETEB

4.2- Percepções dos usuários e colaboradores da Política Pública em relação ao EJA EaD

Com o objetivo de identificar a percepção geral dos estudantes sobre a EJA EaD foi aplicado um questionário com questões que avaliavam a sua satisfação atual, a perspectiva em relação à vida após conclusão do ensino médio e seu desempenho acadêmico. Os questionários foram impressos e entregues individualmente a cada aluno. Após todos recolhidos foram lançados numa planilha do Excel para que pudessem ser tabulados para uma análise dos resultados. Alguns dos resultados foram comparados com respostas fornecidas pelos funcionários durante as entrevistas e diálogos realizados na imersão.

Foi questionado aos alunos de que forma cursar o ensino médio por meio da modalidade EJA a distância tem contribuído para sua vida fora da escola. Os itens listados foram retirados dos objetivo/finalidades que a LDB e o CEDF esperam de um estudante que conclua o ensino médio

Gráfico 1 - Contribuições pessoais do ensino médio por meio da EJA EaD



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi notado que a alternativa mais assinalada foi referente a autonomia (Gráfico 1), fator que pode ser explicado por se tratar de uma instituição EaD onde a autodisciplina é a peça chave. Essa autonomia dos alunos é perceptível pelos funcionários da instituição. Segundo a tutora de língua portuguesa,

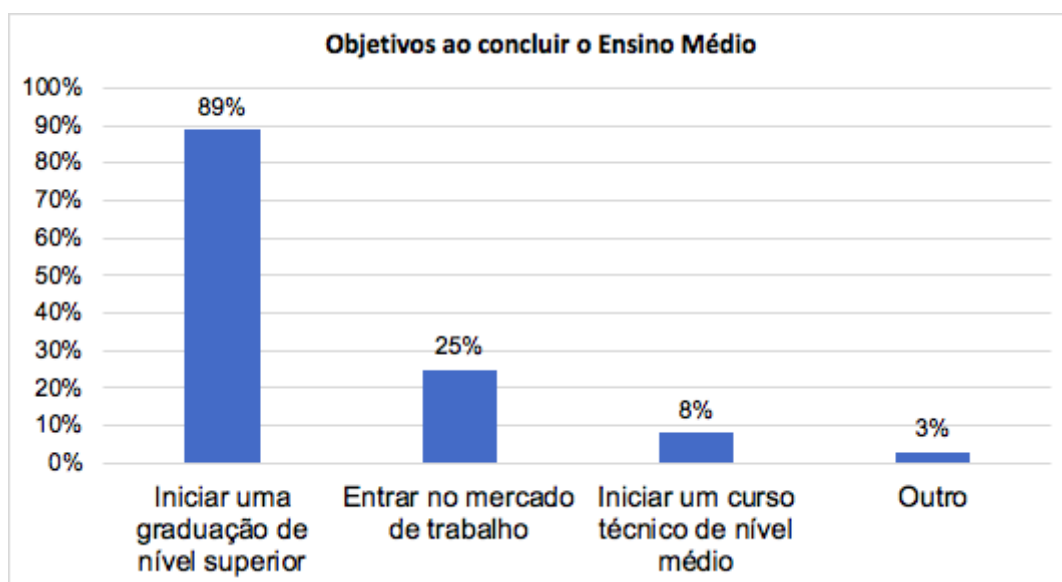
“Com o passar do tempo eles aprendem estudar a sós. Eles criam esse vínculo com a escola e vêm porque eles querem e não porque tem uma obrigatoriedade de ficar em uma sala de aula, de ter que

responder uma presença do professor que marcar avaliação para ele. Então por todos esses incentivos diferenciados eles gostam bastante, criam uma autonomia muito forte.”

Outros aspectos que tiveram destaques neste levantamento (Gráfico 1) foram “tornar-se uma pessoa mais reflexiva” e “analisar e investigar os fatos que lhes são apresentados”. Estes dois itens são muito relevantes tendo em vista que as diretrizes do CEDF buscam “o desenvolvimento da autonomia intelectual”, o “pensamento crítico” e “o incentivo à investigação, à pesquisa e à busca de soluções para os problemas cotidianos” (Art. 58).

Outro ponto que foi avaliado neste estudo foi se a EJA EaD está contribuindo para que os estudantes dêem “prosseguimento de estudos” ou “a preparação básica do estudante para o mundo do trabalho e a cidadania, de forma a continuar a construção do seu projeto de vida” já que estes também são objetivos do governo. Como estes alunos ainda estão cursando o ensino médio não foi possível constatar se o EJA EaD contribuiu para esse fim, mas pudemos avaliar qual é a pretensão destes estudantes.

Gráfico 2 - Objetivos dos estudantes ao concluírem o ensino médio

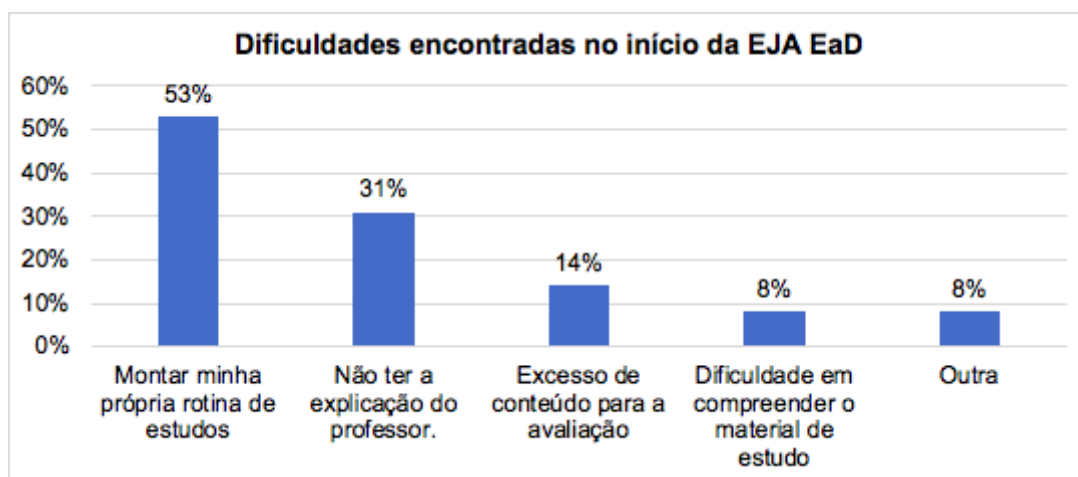


Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os itens assinalados pelos estudantes teve destaque a inicialização de uma graduação de nível superior. Este item pode ter ganho ênfase visto que o mercado de trabalho está cada vez mais seletivo buscando profissionais qualificados e especializados. Contudo, percebemos que curso técnico não é uma opção de capacitação profissional vista como solução para se qualificar pelos alunos.

Outro objetivo com a pesquisa foi avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes, levantar as principais dificuldades da educação a distância e averiguar se os aparatos fornecidos pela instituição estava suprimindo estas dificuldades.

Gráfico 3 - Dificuldades encontradas no início da EJA EaD

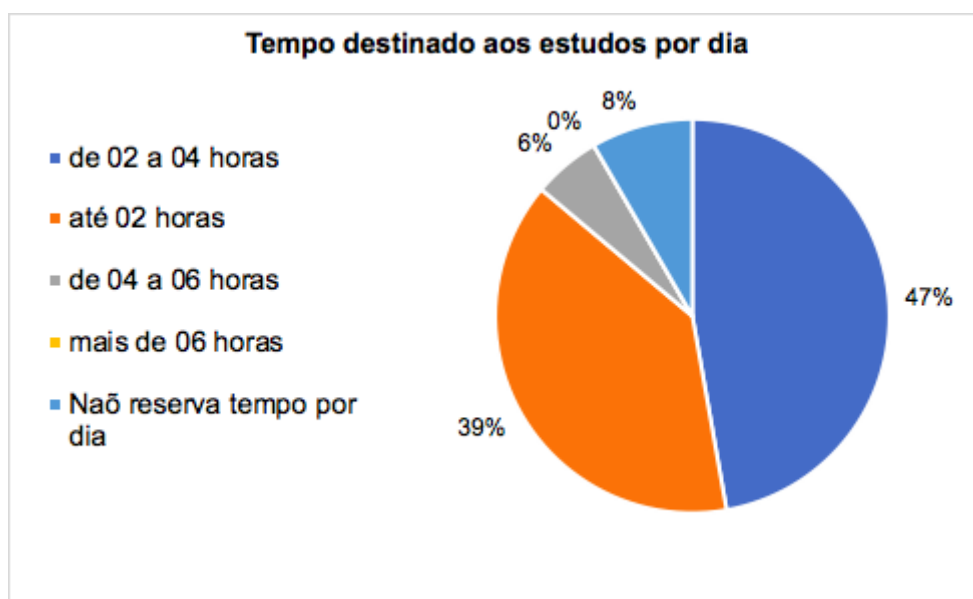


Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo os estudantes o mais difícil para se adaptar foi a autonomia repentina que a educação a distância demanda como apresentado no Gráfico 3. Muitos dos alunos entrevistados vieram recentemente de escolas regulares onde havia um plano de aula elaborado pelos professores, plano esse que não se enquadra no ensino a distância.

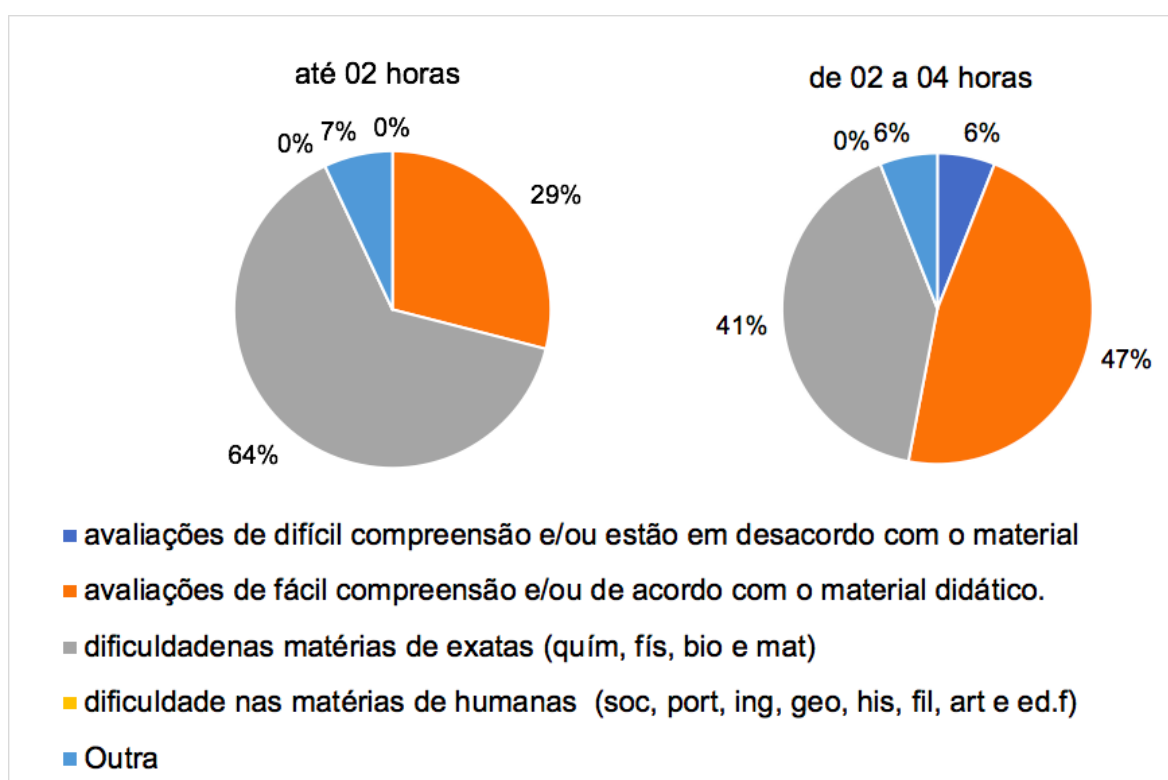
Buscamos também verificar se o tempo destinado que os alunos reservam para estudar impacta no seu desempenho nas avaliações. A grande maioria nos informou que destina de 02 a 04 horas de estudos por dia, e houve também um número consideravelmente alto para aqueles que destinam até 02 horas por dia (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Tempo destinado aos estudos por dia



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 - Percepção dos alunos em relação às avaliações



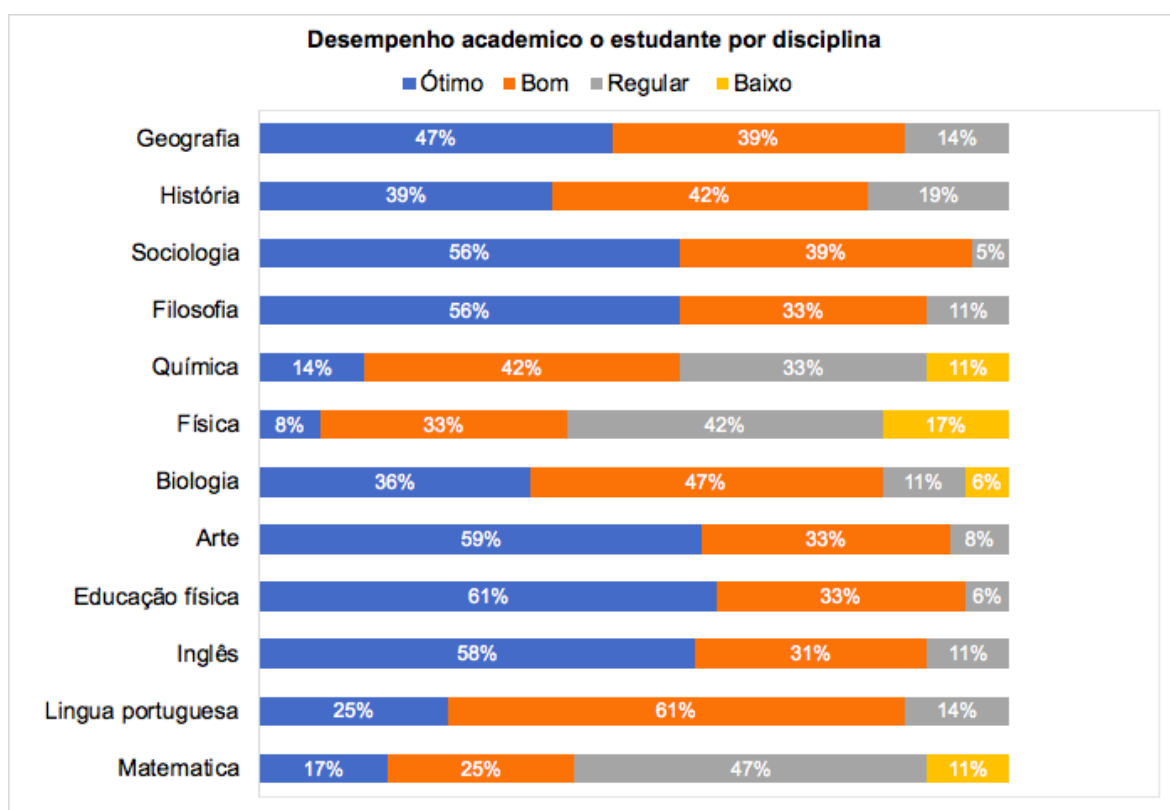
Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma análise mais detalhada dos dados mostrou que a quantidade de horas destinada ao estudo influencia nos resultados acadêmicos dos estudantes. Segundo os dados apresentados no gráfico 5, dos 39% dos alunos que informaram que destinam até duas horas por dia para estudar 64% têm dificuldade nas matérias de exatas e 29% acham que as avaliações são de fácil compreensão e/ou de acordo

com o material didático. Em contrapartida os 47% que informaram que destinam de duas a quatro horas para estudo o número de alunos com dificuldade em exatas é de 41% uma diminuição de 23% e os que acham que as provas são fáceis resulta em 47% um aumento de 18%.

Fomos além e perguntamos o desempenho de cada aluno para cada disciplina (Gráfico 6). O intuito era averiguar se de fato as disciplinas de exatas demandam uma preocupação maior por parte da gestão, já que a LDB menciona em seu artigo 35 que uma das finalidades do ensino médio é "a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos [...] no ensino de cada disciplina." Então pedimos que os alunos autoavaliassem seu desempenho em ótimo, bom, regular ou baixo em cada uma individualmente.

Gráfico 6 - Desempenho acadêmico do estudante por disciplina



Fonte: Elaborado pelo autor.

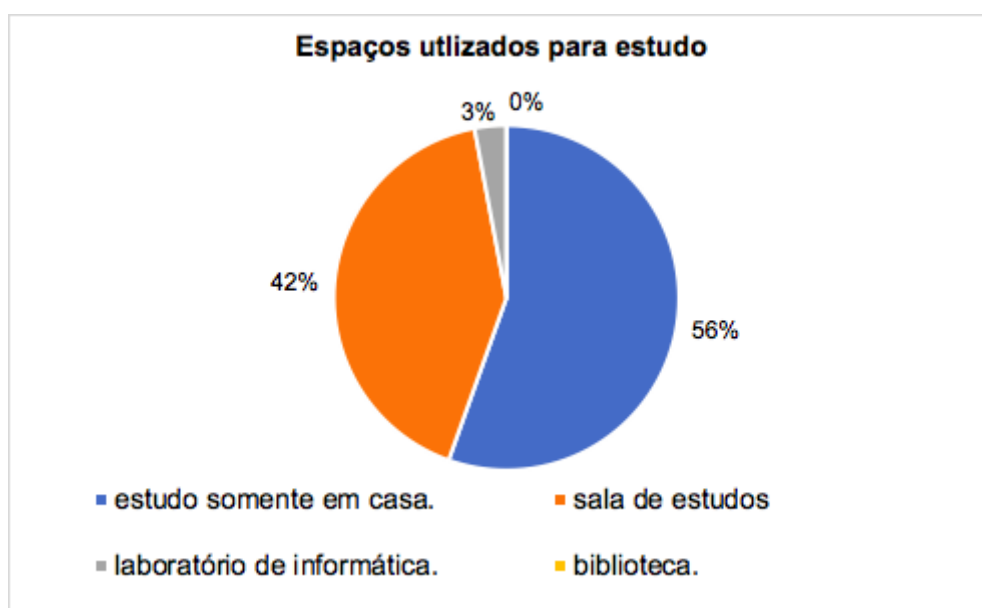
Os resultados apontaram que as únicas disciplinas nas quais o desempenho “baixo” foi constatado foram as de matemática, biologia, química e física. Em nenhuma outra disciplina apareceu esse tipo de resultado. Contrário dos resultados das disciplinas que demandam mais leituras, como inglês, educação física, artes,

sociologia e filosofia o que mostra que essas disciplinas são facilmente supridas na EaD.

Segundo a tutora que ministra a disciplina de química, matérias onde foi constatado um dos maiores número de dificuldade, é comum que os alunos já venham das escolas regulares para a EJA com bloqueio nestas disciplinas. "Às vezes têm trauma da matéria e já vem com desânimo de estudar. Ou seja, teve trauma, não conseguiu aprender e acha que não vai aprender nunca. Já vem com aquela barreira sem nem tentar se preparar" mas, segundo ela, algumas aulas de tutorias é suficiente para quebrar esse pensamento.

Além disso, analisamos a satisfação dos estudantes em relação a Escola CETEB e ao modo como a política educacional está sendo ofertada pela instituição (Gráfico 7). Primeiramente buscamos compreender se, por ser uma modalidade que permite ao aluno não ir a escola para estudar, o espaço físico da escola é muito procurado pelos estudantes.

Gráfico 7 - Espaços utilizados para estudos

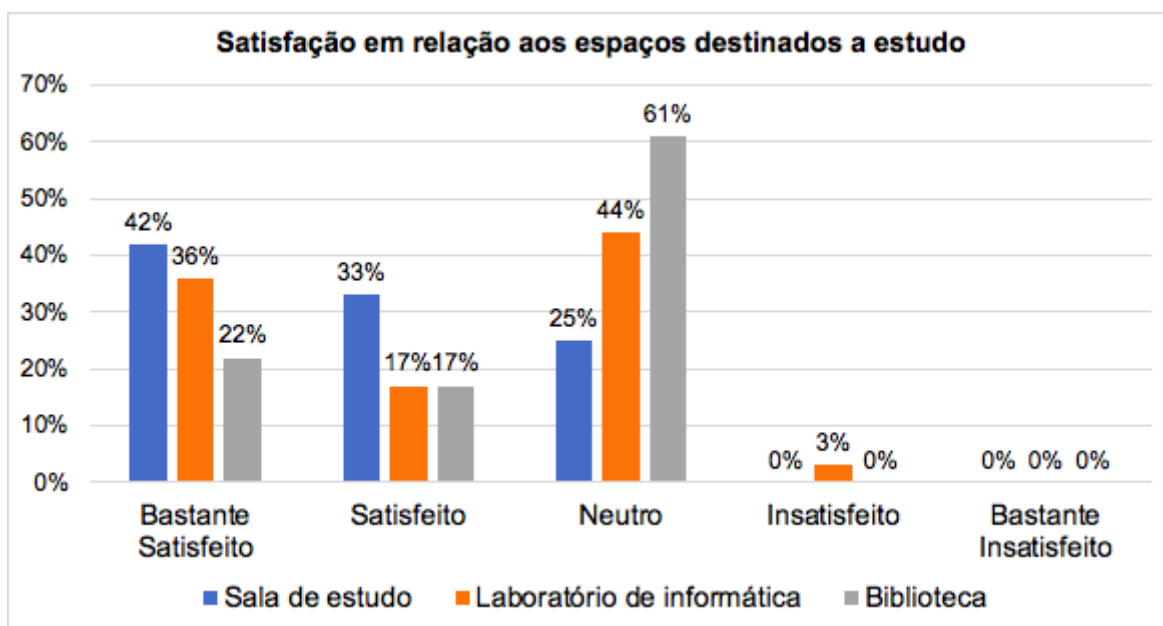


Fonte: Elaborado pelo autor.

Constatamos que mais da metade dos respondentes não utiliza os espaços ofertados pela instituição para estudar. Contudo, um número consideravelmente alto de alunos informou que utiliza a sala de estudos da escola. Vale ressaltar que o laboratório de informática está localizado dentro da sala de estudos, mas apenas 3% utilizam os computadores fornecidos pela escola. Esse resultado mostra que, se o conteúdo é virtual, instituições que desejam ofertar o ensino a distância devem

proporcionar a seus usuários uma rede de internet sem fio pois muitos utilizam seus próprios dispositivos para estudo dentro da instituição. Em relação aos três itens que aparecem no gráfico 7 foi questionado a satisfação em relação a cada um deles individualmente (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Satisfação dos estudantes em relação aos espaços destinados a estudo



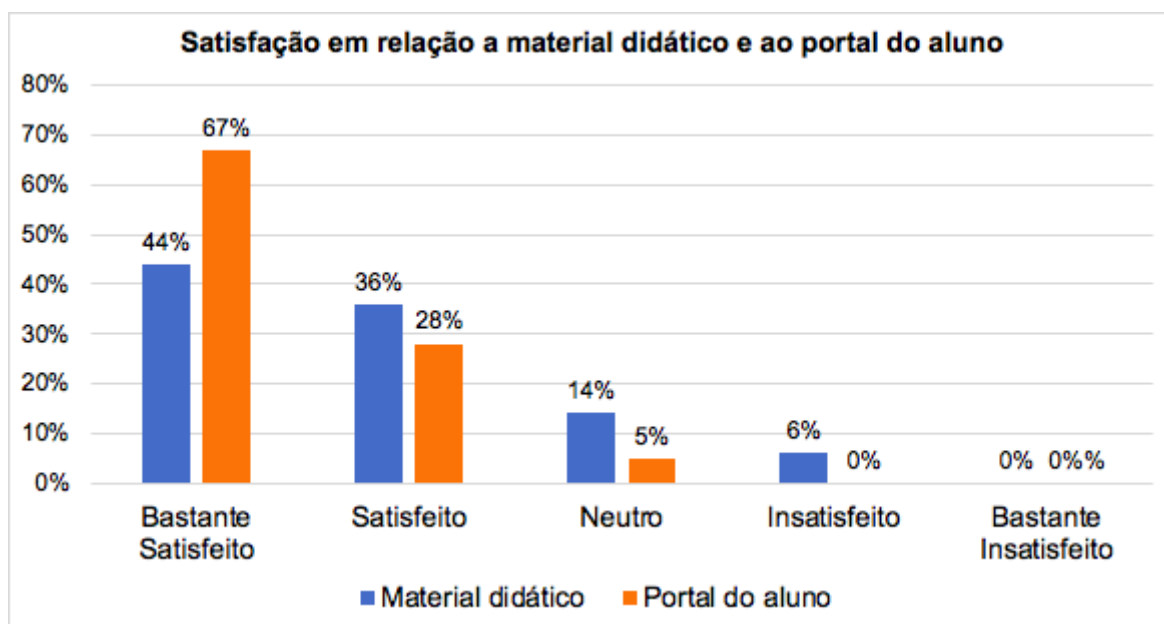
Fonte: Elaborado pelo autor.

O que resultou foi que a sala de estudos é bem avaliada pelos alunos. Dos 36 entrevistados 75% responderam que estão bastante satisfeitos ou satisfeitos com ela. Em relação a biblioteca, no gráfico 7 nenhum dos respondentes afirmou utilizar o espaço para estudo na entrevista de satisfação (Gráfico 8) 60% se mantiveram neutros. Uma das explicações possíveis é o fato de a biblioteca não estar em um local de acessibilidade dos alunos, se situa no terceiro andar da instituição, local onde funciona o administrativo da empresa.

Em relação ao laboratório de informática, teve um número consideravelmente alto de pessoas que se mantiveram neutras, 44%. Esta questão se explica, como já mencionado, ao fato de os alunos utilizarem aparatos próprios não fazendo uso dos computadores da empresa. Como nos explicou o secretário escolar: "A escola tem que oferecer *wi-fi* para o aluno ter acesso ao portal do aluno através do seu próprio computador ou *smartphone* caso queira estudar na escola. E criar material voltado para EAD que é diferente do material para escolas presenciais".

Essa última frase dita pelo secretário nos levou ao questionamento em relação à opinião dos alunos referentes ao portal do aluno e ao material didático. Foi feito, portanto, um levantamento da satisfação dos alunos referentes a estes dois itens (Gráfico 9)

Gráfico 9 - Satisfação em relação ao portal do aluno e material didático

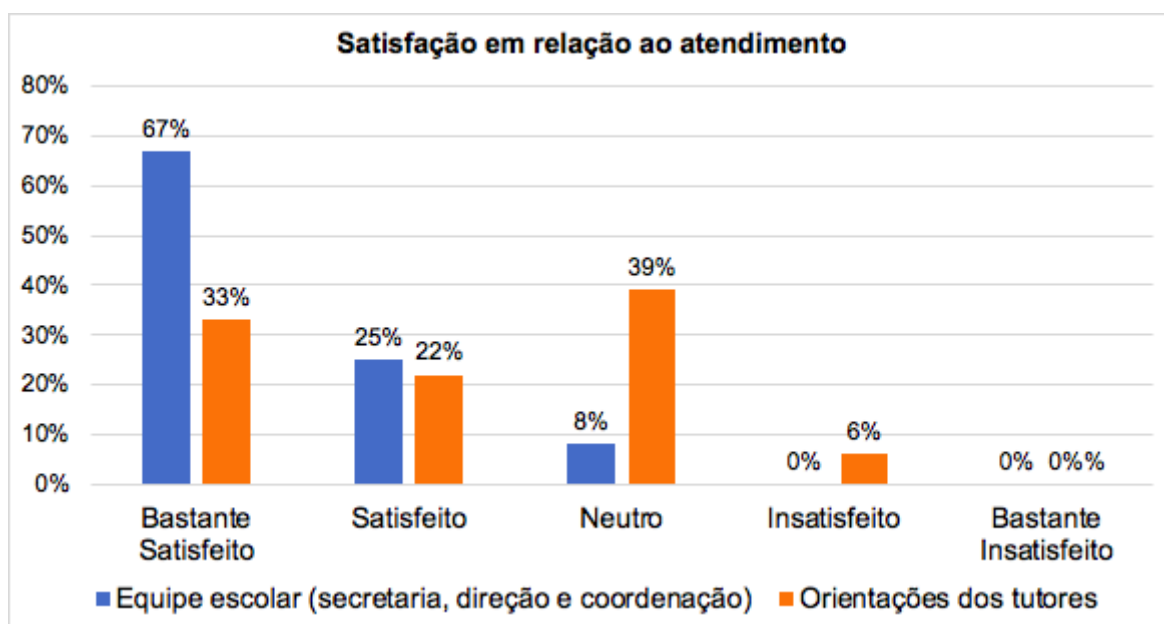


Fonte: Elaborado pelo autor.

Constatamos que grande parte dos usuários compreende que o portal do aluno possui uma boa acessibilidade. Como vemos no gráfico 9 de 36 respondentes 94% alegaram estar satisfeitos e bastante satisfeitos e nenhum aluno alegou estar insatisfeito ou bastante insatisfeito, portanto vemos que o moodle é um *software* bem avaliado. Já em relação ao material didático o número teve uma queda em relação ao item anterior, mas ainda assim foi bem avaliado. 81% dos alunos estão satisfeitos ou bastante satisfeitos, enquanto 14% se mostraram imparcial em relação ao material e 5% dos alunos estiveram insatisfeitos.

Com a pesquisa de satisfação buscamos verificar também a opinião dos estudantes sobre o atendimento dos funcionários para saber se a forma como a Escola CETEB atende os alunos está sendo satisfatória e se os alunos que cursam a EJA EaD recomendam esse tipo de educação (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Avaliação dos estudantes em relação ao atendimento



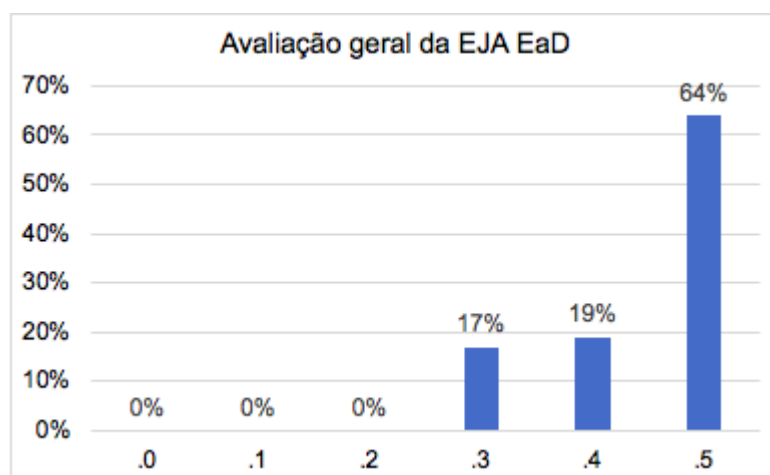
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos que a avaliação dos alunos em relação ao atendimento da equipe escolar foi favorável (Gráfico 10). 67% dos alunos entrevistados responderam que estão bastante satisfeitos. Segundo o Secretário Escolar "o quadro Funcional tem que estar preparado para entender o que é educação à distância. É uma forma diferente de tudo, é uma coisa mais dinâmica.". Segundo ele a equipe precisa estar orientada a atender o aluno de uma forma mais ágil. Por se tratar de uma educação a distância a equipe é orientada a buscar resolver os problemas dos alunos de forma a evitar ao máximo que o aluno tenha que comparecer presencialmente à instituição. Se o aluno buscou escola de ensino a distância talvez seja pelo fato de não possuir disponibilidade para ficar se deslocando sempre que surgir pendências.

Por esse motivo, se tratando de uma escola EaD, é de extrema importância que na instituição haja meios facilitadores para que o aluno não precise se deslocar sempre na escola para resolver seus problemas. Os funcionários precisam estar equipados com uma série de aparatos que facilitem a comunicação entre a instituição e os alunos, como telefones, emails, portal do aluno, entre outros.

Para finalizar, foi questionamos aos alunos se eles recomendariam a Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância (Gráfico 11). A apuração foi favorável para a recomendação. Numa escala de 0 a 5 obtivemos que 64%, que deram a nota máxima, o que pode indicar que essa política parece estar suprindo a satisfação de seus usuários.

Gráfico 11 - Avaliação dos estudantes em relação à EJA EaD



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3- Possíveis aperfeiçoamentos na Política Pública Educacional para Jovens e Adultos no EaD.

Após a imersão, as entrevistas com funcionários e os questionários aplicados aos alunos foi possível constatar alguns eventuais problemas que poderiam ser solucionados para melhorar a oferta de serviço aos cidadãos mesmo que constatado que a política, da forma como vem sendo aplicada, já é bem avaliada. O aperfeiçoamento da EJA EaD é relevante pois o estudo de políticas públicas não deve se restringir apenas a avaliações mas também a "propor mudança nos curso das ações".(GUERRA;MORAES, 2017, p. 303)

Primeiramente, em relação ao material didático, foi constatado que a escola não oferta materiais destinados a pessoas com necessidades especiais. A escola possui um ambiente com fácil acessibilidade e adaptações para todo público e há avaliações adaptadas. Porém, o material didático é unificado. Quando questionados sobre isso a resposta foi que o eles compreendem que deveriam ter materiais para atendimentos especializados como, por exemplo, material em braille, mas pelo fato de que até então nunca ter surgido um aluno que demandasse esse tipo de atendimento a escola não produziu ainda.

"Como funcionaria o que eu acho é que deveria ter um material destinado a essas pessoas. Faz falta, por exemplo, material em Braille, material com uma fonte maior para pessoas que tem problema de vista... mas como a gente não tem alunos assim a gente também não tem materiais assim. Mas esse é um ponto que a gente deveria prever para o futuro" (Divaneia Paula)

Outro ponto para um melhor atendimento aos alunos era uma divisão na sala de estudo para que os professores pudessem ministrar a tutoria sem ruídos. Foi constatado que as mesas se encontram muito próximas e que a aula de um tutor interfere na de outros. Durante as entrevistas a única ponderação negativa apontadas por todos os tutores foi exatamente esta.

"Quando tem muitos professores, a aula de um professor interfere na minha aula. Tem alguns professores que falam mais altos. O aluno já tem uma dificuldade, se tem várias vozes se cruzando aumenta a dificuldade de dar aula." (Tutora de química)

"às vezes, se tiver quatro professores atendendo, esse espaço não é tão satisfatório. Estou explicando uma matéria e na mesa ao lado tem outro professor, e outro, e outro. A gente que tá lá todos os dias, por exemplo, já nos acostumamos. Mas quando o aluno chega às vezes ele não está acostumado com outra pessoa ao lado falando sobre outro assunto. Isso pode atrapalhar um pouco" (tutor de matemática)

"Dividimos salas com os professores de outras disciplinas mas dificilmente todos os professores trabalham ao mesmo tempo. Quem trabalha com mais frequência é o professor de matemática e como a gente sabe que ele trabalha mais a gente coloca ele mais afastado da gente. [...] se está atrapalhando você pede para o professor diminuir a voz ou afastar mais um pouco de você. Mas o material, espaço físico e o suporte é muito legal. Dá para trabalhar com os alunos." (tutora de língua portuguesa)

Em relação ao portal do aluno foi constatado um problema muito mencionado pelos estudantes e que, se resolvido, poderia acarretar num melhor desempenho por parte dos alunos. Deixamos no questionário perguntas abertas para que os estudantes opinassem pontos que poderiam ser aprimorados na instituição. 8 (oito) alunos recomendaram que seria interessante que a escola disponibilizasse vídeoaulas acerca dos módulos através do portal. Isso nos mostra que por mais que seja uma educação a distância os alunos sentem necessidade em ter a figura de um profissional explicando o conteúdo principalmente nas disciplinas de exatas, como matemática e física, onde se torna mais fácil a compreensão através da visualização.

Todavia, como explicado pela funcionária da equipe técnica, a escola já vê a necessidade de ter essa ferramenta no portal mas que o sistema interno que é interligado ao *moodle* não permite atualizações para uma versão que permita inserir vídeos. Segundo ela, o sistema da escola está em processo de atualização e logo poderá oferecer vídeoaulas para os alunos. Ainda assim, creio que isso poderia ser facilmente resolvido se a escola criasse um canal em alguma plataforma terceira,

como o YouTube, e lançar no portal do aluno os links para que os alunos sejam direcionados para o vídeo referente ao módulos que se encontra.

Ainda no portal, foi constatado que há muitas ferramentas que a plataforma disponibiliza que não são utilizadas. Uma delas, por exemplo, é a biblioteca virtual. A escola disponibiliza o material essencial para que o estudante se prepare para as avaliações. Porém, seria interessante fomentar nos estudantes o interesse pela leitura disponibilizando livros virtuais de diferentes gêneros. Isso contribuiria não só para o desempenho escolar do aluno como para sua vida como cidadão.

Outro suporte que o *moodle* disponibiliza são os relatórios. Segundo a funcionária da equipe técnica o *moodle* produz vários relatórios, mas não é cultural da instituição fazer uso deles. É possível, por exemplo, averiguar como o aluno se saiu durante a realização dos testes on-line e se está preparado para a avaliação. Pode também verificar quais questões estão tendo menos êxito pelos estudantes para solicitar um aprimoramento no material com o objetivo de deixar mais compreensivo aos estudantes. E tantos outros tipos de relatórios.

A Escola CETEB realizou um estudo para compreender quem é o público alvo da escola e perceberam que pelo fato da EJA atender estudantes de todas as idades a escola deve prezar por um ambiente virtual com poucas interações para evitar uma dificuldade de acesso pelos estudantes de mais idade que não estão tão familiarizados com as novas tecnologias. Contudo, ainda falta um tutorial de primeiro acesso apresentado para o AVA para o estudante tornando ainda mais fácil e mostrando todos as ferramentas que o site tem a oferecer.

Vale ressaltar que os pontos aqui listados não se referem a denúncias. Como já mostrado a Escola CETEB cumpre todos os requisitos previstos na legislação educacional. São na verdade sugestões para que a instituição aprimore ainda mais o serviço prestado para que produza ainda mais impactos positivos na vida dos usuários da política pública EJA EaD.

5 Considerações Finais

Com esta pesquisa buscamos estudar a política pública educacional para jovens e adultos na modalidade a distância. Por meio da análise realizada na Escola CETEB foi possível avaliar que através de leis, normas e resoluções o poder público tem buscado uniformizar a política pública para que as instituições prestem um serviço de qualidade.

Através de uma observação participante, entrevistas e conversas informais foi possível perceber a forma como a Escola CETEB vem se estruturando para aplicar as duas modalidades (EJA e EaD) simultaneamente. E por meio de uma coleta de dados quantitativa primária constatamos que este modelo educacional está sendo bem avaliado pelos estudantes.

Segundo as diretrizes governamentais, o que se espera de um aluno que conclua o ensino médio é que desenvolva algumas habilidades para sua formação como cidadão, pois como Souza (2003) mesmo explica, as políticas públicas são ações governamentais que busca causar impactos positivos na sociedade.

Foi demonstrado, através dos resultados obtidos, que a política pública EJA aplicada na modalidade EaD tem contribuído para que cidadãos que não conseguiram ou não tiveram oportunidade de concluir a escolaridade nas idades convencionais consigam terminar o segundo grau sem a obrigatoriedade de comparecer a aulas ministradas presencialmente e permitindo-os dar continuidade nos estudos e/ou facilitando sua entrada no mercado de trabalho além de contribuir para seu desenvolvimento pessoal.

Por esse motivo constatamos que se refere a uma política pública que merece destaque na agenda pública, pois, se bem implementada, seus resultados podem ser notórios. Vale estudar a possibilidade de a Administração Pública Direta ofertar esse tipo de modalidade para a EJA seguindo como modelo instituições como a Escola CETEB que presta a oferta de educação em regime de colaboração com o Estado. Isso nos permite ampliar nossa lente de como as instituições privadas estão se organizando para que possamos inserir tais avanços para dentro da esfera pública e propor melhorias para essa modalidade.

Percebemos que a resolução permite espalhar pólos que demandam uma menor estrutura física e de pessoal. Isto resulta numa diminuição de custos e que

contribui para que a política alcance um maior número de estudantes dando-os o suporte necessário. Portanto, os pólos se mostraram um excelente aliado na propagação da política pública em questão. Para tanto, há uma necessidade de criar um órgão capacitado para atuar como matriz nas esferas estaduais e espalhar pólos em cidades e municípios com o objetivo de facilitar a locomoção dos estudantes para a realização dos momentos presenciais previstos na lei como, por exemplo, provas e tutorias. Nada impede que esses pólos sejam escolas públicas regulares. Contudo, precisamos pensar nas possibilidades e arranjos para abrir essas instituições para que esse público utilize em horário concomitante com os alunos de ensino regular. Isso resolveria principalmente a questão do espaço físico.

Na atualidade o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) está em expansão e conseqüentemente se popularizando. Os resultados obtidos na coleta de dado quantitativo mostram que os usuários que estudam a EJA na modalidade EaD recomendariam para outros estudantes esse modelo de ensino e que está causando impactos positivos. Desta forma, cabe o governo se beneficiar da popularização das novas TICs e buscar novos caminhos para que a política possa ser expandida com a finalidade de atender as diferentes classes da sociedade.

6 Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Decreto nº 9.057, 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de outubro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 out. 1996.

CANARIN, Gisele Joaquim. **A organização curricular da educação de jovens e adultos na modalidade Ead, na perspectiva da educação profissional técnica de nível médio**. Orientador: Clóvis Nicanor Kassick. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2013.

COSTA, F. L.; CASTANHAR. J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 37. n. 5 p. 969-992. set/out. 2003.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: BRASIL. Secretaria da Educação. Ministério da Educação. Salto para o futuro – educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CEDF. **Resolução nº 1, 18 de dezembro de 2018**. Estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 2018.

ESCOLA CETEB. **Regimento Escolar: Educação a Distância - EaD**. Brasília. 2018

_____. **Proposta pedagógica: cursos a distância**. Brasília. 2018.

FREITAS, W. S. R.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate** Lajeando, v.18. n. 2, p.07-22, 2011.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, p. 211-259, jan./jun. 2000.

GUERRA, Lenin Cavalcanti Brito; MORAIS, Maquézia Emília. A implementação de política pública educacional: um estudo do programa nacional de tecnologia educacional (PROINFO) na formação docente em Caraúbas-RN. **Holos**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 17 maio 2017

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14. Rio de Janeiro. 2000

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica de 2018**. [S. l.], 31 jan. 2019.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LEMOS, C. S. **Gestão pública orientada para resultados: avaliando o caso de Minas Gerais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - FGV, Rio de Janeiro, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro. Ipea. 2001.

NUNES, Ivônio. Noções de Educação a Distância. **Revista Educação a Distância**. n. 4/5, p.7-25, dez./93-abr/94. 1992.

OLIVEIRA, A. F., PIZZIO, A. & FRANÇA, G. (2010). **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Editora da PUC Goiás.

SAMPAIO, Maria L. C. B. Trabalho: uma abordagem social, ontológica e educacional. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Fevereiro de 2017, vol.11, n.34, p. 150-161. ISSN: 1981-1179.

SANO, H.; FILHO, M. J. F. M, As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em Questão**. jan/abr. 2013,

SILVA, Suylan de Almeida Midlej; TEIXEIRA, Graziela D.; BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Residência em Políticas Públicas: uma experiência inovadora de formação**. Cadernos de Pesquisa (FCC), v. 45, n.157, p. 588-611, jul./set. 2015

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

_____. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, 39. jul. 2003

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Cadernos da AATR –BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), Bahia, p. 1-11, 2002.

7 Apêndices

7.1- Roteiro de entrevistas para os funcionários

Entrevista 1 - Destinatários: Coordenador e Secretário Escolar.

Em relação ao processo de credenciamento da instituição.

1. Como funciona o processo de credenciamento de uma EJA EaD?
2. Há um setor específico da SEEDF responsável por fiscalizar a atuação da instituição? Se sim, como e com qual frequência é feito essa inspeção?
3. A Escola CETEB possui um pólo em Taguatinga. Qual a diferença estrutural e de pessoal entre o polo e a matriz? Há uma fiscalização diferenciada?

Da proposta pedagógica.

4. Como é feita e quem participa da construção da proposta pedagógica?
5. De que maneira é feito a integração de duas modalidades de ensino (EJA e EaD) em um curso de nível básico?
6. Como é a estrutura física da Escola CETEB, levando em consideração ser uma escola EaD? Quais recursos pedagógicos como, por exemplo, sala de estudos, biblioteca, laboratórios de informática ou outros, o CETEB disponibiliza que contribui para que o aluno alcance os resultados esperados? Qual a importância destes espaços?
7. Quais profissionais são necessários para montar o quadro de funcionários capaz de ofertar um atendimento de qualidade aos alunos?
8. O artigo 62 da Resolução 1/2018 do CEDF permite que a instituição, ao desejar ofertar uma EJA, possa se organizar por períodos, segmentos, semestres, fases, etapas e matrícula, por componente curricular ou outra forma de organização. Qual meio a Escola CETEB achou mais adequada levando em consideração ser EaD e porquê desta escolha?
9. Como é calculado a carga horária de hora aula de uma EJA EaD para o aluno?
10. Como ocorre o monitoramento para o cumprimento da carga horária de um aluno que estuda à distância?
11. Como foi pensada a divisão do módulo-aula para que o aluno não desobedeça o prazo previsto na resolução?

12. Como vocês decidiram avaliar os alunos? Qual a justificativa desta escolha? Levando em consideração que a EJA atende um diversificado público de estudantes com idades e dificuldades distintas, como é feito para respeitar o ritmo individual de cada aluno?
13. Quais auxílios e suportes que a escola oferta para os alunos que possuem maiores dificuldades no aprendizado?
14. Em quais momentos é necessário a presença do estudante na instituição e como esses momentos estão prescritos na proposta pedagógica?

Dos componentes curriculares

15. Além das disciplinas previstas na Base Nacional Curricular Comum, vocês ofertam outras? Se sim, quais e do que se trata?
16. Como você acredita que o currículo contribui para a construção do projeto de vida do estudante?
17. O artigo 35 da Resolução 1/2018 do CEDF apresenta diversos temas que a escola precisa abordar para instigar o estudante a ter um senso crítico e uma preparação para a vida social, dentre alguns temas temos saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação fiscal, símbolos nacionais entre outros. De que maneira esses temas transversais são ofertados? Há uma dificuldade maior de aceitação por parte dos alunos por tratar-se de estudantes que já são adultos com senso crítico já formado? Há um interesse por parte desses estudantes em estudar esses temas?

Entrevista 2 - Destinatários: Banco de questões

1. Quem são os responsáveis pela elaboração das questões?
2. Como são desenvolvidas as avaliações que são aplicadas aos alunos?
3. De que maneira essas provas são aplicadas?
4. Há provas diferenciadas para alunos que possuem algum tipo de necessidade especial?
5. Como é feito a correção das provas?

Entrevista 3 - Destinatários : Equipe de Editoração

1. A Escola CETEB tem um diferencial que é possuir um setor exclusivo para produção do material didático. Vocês poderiam me falar um pouco como isso funciona?
2. Qual principal observação quando se produz um material que será apresentado a estudantes que já são adultos e muitos já estão há anos sem ter contato com a escola?
3. Há necessidade de mudança de linguagem para esse público? Quais?
4. Há alguma preocupação em montar um material que atenda alunos com condições especiais?
5. Com qual frequência os materiais são atualizados?
6. Qual a avaliação que vocês fazem do material didático? Quais os pontos positivos e negativos?
7. Há algo a mais que gostariam de acrescentar a respeito da montagem do material?

Entrevista 4 - Destinatários: Equipe Técnica

1. Na educação à distância o objeto principal é a Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC. No caso da Escola CETEB como é feita a mediação entre a escola e o aluno?
2. Quais os pontos fortes e fracos do moodle/ambiente virtual de aprendizagem? Como ele funciona?
3. A acessibilidade é pensada para todas as faixas etárias de idades?
4. Há alguma orientação ao aluno para que ele aprenda a acessá-lo e utilizá-lo?
5. Como um aluno que não tem internet em casa faz para acessar o portal? Há alguma indicação de como proceder nesse tipo de situação?
6. Quais os relatórios o software é capaz de produzir? Quais vocês consideram aqueles mais relevantes para entender como está o processo de educação?

Entrevista 5 - Destinatários: Tutores

1. Como funcionam as tutorias?
2. Como vocês se preparam para atender os alunos que, na sua maioria, possuem dificuldades distintas?





3. Quais são as principais reclamações dos alunos?
4. Você acha que o tempo reservado para cada aluno é suficiente? O que fazem quando vê que o aluno ainda não está preparado para a avaliação?
5. A sala reservada para os atendimentos aos alunos é satisfatória? Acrescentaria algo? Se sim, o quê?

7.2- Questionário aplicado aos estudantes da Escola CETEB

Destinatários: Alunos

- Por favor, responda as perguntas abaixo relacionadas a EJA EaD:

1. Quantas horas por dia você reserva para estudar?
 - () até 02 horas.
 - () de 02 a 04 horas.
 - () 04 a 06 horas.
 - () mais de 06 horas.
 - () Não reservo tempo para estudar durante a semana.
2. Avalie seu desempenho na Educação de Jovens e Adultos na modalidade à distância nas seguintes áreas:

	 Ótimo	 Bom	 Regular	 Baixo
Matemática				
Língua Portuguesa				
Inglês				
Educação Física				
Arte				
Física				
Química				
Filosofia				
Biologia				
Sociologia				
História				
Geografia				

3. Qual seu objetivo após concluir o ensino médio? (pode anotar mais de uma opção)
- ☐ iniciar uma graduação de nível superior.
- ☐ iniciar um curso técnico de nível médio.
- ☐ entrar no mercado de trabalho.
- ☐ Outro: _____
4. Dentre os itens abaixo, marque os **TRÊS** que a Educação de Jovens e Adultos à Distância mais tem lhe ajudado a fazer
- ☐ tornar-me uma pessoa mais reflexiva.
- ☐ ser capaz de opinar sobre assuntos da atualidade.
- ☐ buscar soluções que resolvam problemas do cotidiano.
- ☐ me preocupar mais com questões ambientais.
- ☐ saber dos meus direitos e deveres.
- ☐ questionar o Estado quando vejo que uma política pública não está sendo ofertada.
- ☐ ser mais ético.
- ☐ tornar-me um cidadão mais participativo na minha cidade.
- ☐ analisar e investigar melhor os fatos que me são apresentados.
- ☐ contribuiu para minha autonomia.
5. No início da EJA EaD qual foi sua maior dificuldade?
- ☐ montar minha própria rotina de estudos.
- ☐ não ter a explicação do professor.
- ☐ excesso de conteúdo para a avaliação
- ☐ dificuldade em compreender o material de estudo.
- ☐ outra: qual? _____
6. Qual a sua opinião sobre as avaliações em geral?
- ☐ as avaliações são de difícil compreensão e/ou estão em desacordo com o material didático.
- ☐ as avaliações são de fácil compreensão e/ou de acordo com o material didático.
- ☐ tenho dificuldade apenas nas matérias de exatas (química, física, biologia e matemática)
- ☐ tenho dificuldade apenas nas matérias de humanas (sociologia, português, inglês, geografia, história, filosofia, artes e educação física)
- ☐ Outra: Qual? _____
7. Quais espaços reservados para estudos oferecidos pela escola você utiliza?
- ☐ sala de estudos.
- ☐ laboratório de informática.
- ☐ biblioteca.
- ☐ estudo somente em casa.
8. Avalie a sua satisfação em relação aos itens abaixo:

	 Bastante Satisfeito	 Satisfeito	 Neutro	 Insatisfeito	 Bastante Insatisfeito
Acessibilidade ao portal do aluno					
Material didático					
Acesso à escola					
Orientações dos tutores					

Horários de avaliação					
Atendimento da equipe escolar (secretaria, direção e coordenação)					
Estrutura física da escola					
Estrutura da sala de estudos					
Estrutura do laboratório de informática					
Estrutura/Acervo da biblioteca					

9. O que você acha que deveria ter na escola ou no portal do aluno que contribuiria para seu estudo?

10. Qual a sua sugestão para melhorar a prestação de serviço da Educação de Jovens e Adultos que é ofertada na modalidade à distância?

11. Em uma escala de 0 a 5 quanto você recomendaria o EJA EaD? (sendo 0 “Não recomendaria” e 10 “Com certeza recomendaria”)

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5